



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JOÃO PEDRO MARTINS CAVALCANTE

O CONSÓRCIO NORDESTE NOS GOVERNO BOLSONARO E LULA: UMA
ANÁLISE DA PARADIPLOMACIA DE RESISTÊNCIA

JOÃO PESSOA -PB

2024

JOÃO PEDRO MARTINS CAVALCANTE

**O CONSÓRCIO NORDESTE NOS GOVERNO BOLSONARO E LULA: UMA
ANÁLISE DA PARADIPLOMACIA DE RESISTÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela
Universidade Federal da Paraíba.

Orientadora: Profa. Dr. Liliana Fróio

JOÃO PESSOA -PB

2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

C376c Cavalcante, João Pedro Martins.

O consórcio nordeste nos governo Bolsonaro e Lula:
uma análise da paradiplomacia de resistência / João
Pedro Martins Cavalcante. - João Pessoa, 2024.
59 f.

Orientação: Lílilana Ramalho Fróio.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Paradiplomacia. 2. Consórcio Nordeste. 3. Governo
federal. I. Fróio, Lílilana Ramalho. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 327

Elaborado por ANA CLÁUDIA LOPES DE ALMEIDA - CRB-15/108

JOÃO PEDRO MARTINS CAVALCANTE

**O CONSÓRCIO NORDESTE NOS GOVERNO BOLSONARO E LULA: UMA
ANÁLISE DA PARADIPLOMACIA DE RESISTÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Relações Internacionais do Centro
de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da
Universidade Federal da Paraíba (UFPB),
como requisito parcial para obtenção do grau
de bacharel (a) em Relações Internacionais.

Aprovado(a) em, __26__ de ____ abril ____ de __2024__

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 LILIANA RAMALHO FRÓIO
Data: 07/05/2024 19:19:42-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profa. Dra. Liliana Ramalho Fróio – (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Documento assinado digitalmente
 DANIEL DE CAMPOS ANTIQUERA
Data: 06/05/2024 11:19:28-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Me. Daniel de Campos Antiquera
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Documento assinado digitalmente
 DEBORA FIGUEIREDO MENDONÇA DO PRADO
Data: 30/04/2024 11:11:24-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profa. Dra. Débora Figueiredo Mendonça do Prado
Universidade Federal de Uberlândia - UFU

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, gostaria de expressar minha profunda gratidão pela dedicação e esforço que dediquei ao longo das noites de trabalho árduo e nos momentos desafiadores que enfrentei durante a elaboração deste TCC. Reconheço e agradeço a mim mesmo por ter perseverado e superado os obstáculos, pois, no final das contas, somos nossos maiores aliados nesta jornada de aprendizado e crescimento pessoal.

Sou grato aos Orixás, que sempre me ofereceram um porto seguro nos momentos mais difíceis desse meu ano. Iansã, Xangô, Pai Camilo, Iemanjá, as Pombas-gira... e todos os outros, na sua maneira, foram pontos de apoio para mim.

Sou grato ao G8, oito pessoas especiais que estiveram por mim em literalmente todos os momentos, os bons e os péssimos, no êxtase e no fundo do poço. Eles estiveram e estão comigo me apoiando e me ajudando a ser sempre a melhor versão de mim mesmo.

Agradeço aos meus pais, pelas tentativas, às vezes não bem sucedidas, de apoio emocional e o apoio financeiro que nunca faltou mesmo nos momentos de escassez. A eles sou grato também pela vida e pelo amor incondicional que sempre me deu base para ser quem eu sou.

Por fim, sou grato à minha orientadora Liliana e a Professora Glória, que me ajudaram imensamente na construção e edição do trabalho.

RESUMO

Este estudo investiga a paradiplomacia do Consórcio Nordeste ao longo dos governos de Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva, com foco na continuidade ou mudança de postura de resistência e contraposição do Consórcio frente ao governo federal até o primeiro ano do terceiro governo Lula. Utilizando análise documental e de discurso de fontes diversas, como notícias atuais e literatura especializada, a pesquisa busca compreender essa dinâmica das relações entre o Consórcio Nordeste e o governo federal, trazendo pontos como questões ideológicas construídas ao longo dos anos. Os resultados obtidos até o ano de 2023 indicam que não houve discordância entre a paradiplomacia do Consórcio Nordeste e a diplomacia do governo Lula, na realidade, ambos mantêm culturas de âmbito internacional bastante similares. Esses resultados têm relevância para o entendimento sobre a paradiplomacia e os interesses políticos, sociais, ideológicos e políticos dos entes subnacionais.

Palavras-chave: Paradiplomacia. Consórcio Nordeste. Governo Bolsonaro. Governo Lula.

ABSTRACT

This study investigates the paradiplomacy of the Consórcio do Nordeste throughout the administrations of Jair Bolsonaro and Luiz Inácio Lula da Silva, focusing on the continuity or change in the stance of resistance and opposition of the Consórcio towards the central government until the first year of Lula's third term. Using documentary analysis and discourse analysis of various sources such as current news and specialized literature, the research seeks to understand this dynamic of relations between the Consórcio do Nordeste and the federal government, addressing points like ideological issues built over the years. The results obtained until the year 2023 indicate that there was no disagreement between the paradiplomacy of the Northeast Consortium and the diplomacy of the Lula government; in reality, both maintain very similar international cultural aspects. These findings are relevant for understanding the power of parallel diplomacy in maintaining the political, social, ideological, and political interests of subnational entities.

Keywords: Paradiplomacy, Northeast Consortium, Bolsonaro Government, Lula Government, Subnational Relations, Resistance Paradiplomacy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Estrutura Organizacional do Consórcio Nordeste

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

MRE - Ministério das relações exteriores

OCDE- Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

OMC- Organização Mundial do Comércio

OTCA- Organização do Tratado de Cooperação Amazônica

PE - Política Externa

PNDR- Política Nacional de Desenvolvimento Regional

PT- Partido dos trabalhadores

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. O NORDESTE: IDENTIDADE E INTERESSES.....	13
2.1 A ideia de <i>Nordeste</i>	13
2.2 Dos ciclos econômicos ao isolamento: desafios políticos e econômicos do Nordeste Brasileiro	16
3. O CONSÓRCIO NORDESTE.....	23
3.1 A paradiplomacia de resistência.....	27
4. GOVERNO BOLSONARO.....	30
4.1 A política externa bolsonarista e o enfrentamento da pandemia da covid-19.....	30
3.2 O nascimento de uma oposição subnacional.....	34
5. GOVERNO LULA	41
5.1 Primeiros meses de governo e a Política Externa.....	41
5.2 Lula e o Consórcio Nordeste.....	45
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS.....	51

1. INTRODUÇÃO

A paradiplomacia tem se destacado como um importante instrumento de atuação dos entes subnacionais no cenário internacional, proporcionando uma abordagem mais direta e eficaz em questões de interesse regional e global. Nesse contexto, o Consórcio Nordeste, formado pelos nove estados da região, tem desempenhado um papel significativo na busca por soluções conjuntas e na projeção de uma agenda diplomática própria.

Este trabalho tem como objetivo analisar a atuação do Consórcio Nordeste durante os governos de Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva, explorando a relação estabelecida com esses governos distintos. A pesquisa busca compreender as nuances da paradiplomacia de resistência – conceito desenvolvido pela literatura brasileira e que destina-se, em grande medida, a compreender o período do governo Bolsonaro (BARROS, 2021). A partir desse referencial de análise, busca-se então compreender a atuação do Consórcio Nordeste sob o governo Bolsonaro e se houve mudanças para uma abordagem mais conciliatória e cooperativa durante o governo Lula.

A relevância deste estudo de caso reside, primeiramente, na necessidade de compreender como um consórcio regional, historicamente unido culturalmente, tem se posicionado perante questões de política externa/paradiplomacia. Além disso, o trabalho busca contribuir para o debate acadêmico sobre paradiplomacia e relações internacionais subnacionais, elucidando conceitos e termos adotados, como é o caso da paradiplomacia da resistência, para uma melhor compreensão do tema..

De que forma a identidade política nordestina serve para explicar a paradiplomacia de resistência do Consórcio Nordeste? A resposta a essa pergunta se enraíza na compreensão da diversidade e da unidade da identidade nordestina, uma complexa tessitura cultural, histórica e política que influencia as estratégias de atuação do Consórcio Nordeste no contexto internacional. A identidade política nordestina não é estática, mas dinâmica, moldada por décadas de interações sociais, econômicas e culturais entre os estados da região, o que se traduz em uma postura coletiva frente a desafios políticos e diplomáticos, especialmente visíveis em momentos de tensionamento com o governo federal.

Essa identidade nordestina explica a paradiplomacia de resistência do Consórcio ao evidenciar que suas ações e posicionamentos no âmbito internacional estão intrinsecamente ligados às nuances políticas e culturais da região. Durante o governo Bolsonaro, essa identidade se manifestou em uma resistência mais marcante, refletida em posicionamentos firmes e estratégias de cooperação regional para enfrentar políticas consideradas prejudiciais aos

interesses nordestinos. Em contrapartida, sob o governo Lula, houve uma adaptação dessa paradiplomacia, buscando-se um equilíbrio entre a resistência e a cooperação, refletindo a capacidade da identidade nordestina de se adaptar a contextos políticos diversos. Essa relação entre identidade nordestina e paradiplomacia de resistência demonstra como as características regionais influenciam diretamente a atuação do Consórcio Nordeste no cenário internacional.

No primeiro capítulo explora-se a identidade cultural nordestina, abordando sua relevância histórica e social para a coesão regional e para a conciliação político-cultural dos estados nordestinos, o que resulta na criação do Consórcio Nordeste como uma expressão desse vínculo identitário. Nos capítulos subsequentes, será analisada a relação do Consórcio Nordeste com os governos Bolsonaro e Lula, destacando-se as nuances políticas, econômicas e sociais dessas interações.

A metodologia da pesquisa envolve a análise de notícias, documentos oficiais, livros de autores especializados em relações internacionais e paradiplomacia, bem como entrevistas e análises de discurso de representantes do Consórcio Nordeste e especialistas na área.

A hipótese deste estudo é que a identidade política nordestina desempenha um papel significativo na compreensão da paradiplomacia de resistência adotada pelo Consórcio Nordeste. Esta identidade política influencia diretamente as estratégias paradiplomáticas empregadas pelo Consórcio em suas relações com o governo federal, podendo se manifestar tanto em momentos de resistência quanto de cooperação.

2. O NORDESTE: IDENTIDADE E INTERESSES

Este capítulo procura compreender o surgimento do Consórcio Nordeste em perspectiva histórica. Analisa-se o percurso de segregação econômica e política do povo nordestino; a identidade coletiva construída ao longo dos anos e a convergência política e ideológica mais recente da região, com a formação do Fórum de Governadores do Nordeste e, posteriormente, a criação do Consórcio Nordeste.

Nas seções 1.1 e 1.2, aborda-se as noções de identidade nordestina, explorando como elementos históricos, culturais e políticos contribuíram para a construção de uma identidade compartilhada na região. Essa análise servirá para compreender as convergências políticas recentes, fundamentais para compreender as dinâmicas regionais e a sua institucionalização.

2.1 A ideia de *Nordeste*

O conceito de região está intrinsecamente ligado às relações de poder, dado que regiões são espaços onde ocorrem disputas e conflitos políticos, econômicos e sociais. De acordo com Iná Castro (2001), o regionalismo é uma expressão política de grupos em uma região que se mobilizam em defesa de interesses específicos frente a outras regiões ou ao Estado. As regiões são construções mentais que tentam abarcar uma generalização intelectual composta por uma variedade de experiências afetivas e, ao se tornarem espaços institucionalizados, ganham foro de verdade.

Para Stuart Hall (2006), a criação de uma identidade compartilhada pode ser relacionada às teorias sobre a formação e transformação de uma identidade cultural. Hall argumenta que a identidade não é algo fixo ou essencial, mas sim uma construção fluida e historicamente definida, moldada por representações culturais e interpelações do ambiente. No caso do Nordeste, a construção de uma identidade compartilhada pode ser entendida como um processo contínuo de negociação e reafirmação de elementos culturais, históricos e sociais que são comuns e significativos para a população da região. Aspectos como a geografia, as tradições, a música, a culinária, as festas populares, as lutas sociais e as adversidades enfrentadas, como a seca e a exploração, contribuem para a formação de uma identidade coletiva. Além disso, a noção de que a identidade é uma "celebração móvel" sugere que a identidade comum compartilhada está em constante processo de formação e transformação,

sendo influenciada por mudanças sociais, políticas e culturais ao longo do tempo (HALL, 2006, p.6).

Nessa perspectiva, Gilberto Freyre (1936 apud JUNIOR, 2021) colocou a dominação holandesa no século XVII como um dos motivos reais de diferenciação do Nordeste brasileiro. Para ele, a área que hoje engloba os oito estados teria se diferenciado até culturalmente, a partir do momento em que Recife se tornou centro administrativo, financeiro e comercial dessa macrorregião. Também é atribuída à administração portuguesa a formação de uma consciência regional ainda mais intensa que a consciência nacional pois, de acordo com o autor, colocaria em perigo o domínio do colonizador.

Além disso, para Freyre, não somente os fatores naturais, como as grandes secas, mas principalmente os fatores históricos, vão ser os responsáveis por dar origem à região, por dar identidade àquele povo. Como descreve Junior (2021):

É a fundação da Faculdade de Direito, é a atuação do Diário de Pernambuco, é a invasão holandesa e a Insurreição Pernambucana, são as revoltas de 1817, 1824 e 1848, que são colocadas como origem desta identidade regional. A legitimação do recorte regional já não se dá com argumentos naturalistas, mas com argumentos históricos.

Denis Bernardes (2007) afirma que, durante todo o período colonial, não se encontrava a concepção de região da forma como seria estabelecida no entendimento geográfico das últimas décadas do século XIX e ao longo do século XX. Após a independência do Brasil, em 1822, a estrutura administrativa do País foi substituída pelas províncias, que tinham uma estrutura mais coesa e uma administração mais centralizada. Contudo, considera-se importante pontuar que, desde o período das capitanias, já existia, no imaginário daquela região, o sentimento de pertencimento que ia além dos limites de tais territórios, ele afirma que:

Embora exista muita mitificação sobre o período da dominação holandesa (1630-1654), que, durante vinte e quatro (24) anos, ocupou uma área que compreendia de Alagoas até o Maranhão, o próprio recorte espacial do domínio holandês, a natureza dessa ocupação e suas consequências para a camada de proprietários de fazendas, engenhos e escravos, bem como o longo período de luta para expulsar o invasor, propiciaram a formação de formas de solidariedade, de manifestações de interesses e de identidades que também ultrapassaram as fronteiras das capitanias (Bernades, 2017, p. 48).

Assim, indica-se que, mesmo sem denominação política de uma macrorregião, formava-se uma identidade regional compartilhada, principalmente por conta da forte influência política e institucional da capitania de Pernambuco, dado que além de abrigar o principal porto da região, durante muitos anos, foi considerada uma *Capitania Geral* (2007).

Para Júnior (1998), a identidade cultural característica do Nordeste do Brasil alcançou seu ápice nas quatro primeiras décadas do século XX. Foi notavelmente articulado através de obras literárias como "Casa-Grande & Senzala," "O Outro Nordeste," e romances como "Vidas Secas," "Menino de Engenho," "A Bagaceira," e "O Quinze." Essas criações literárias permitiram aos habitantes do Nordeste explorar e expressar um legado de mitos, paisagens e memórias influenciadas por culturas portuguesas, holandesas, africanas e indígenas, moldando assim uma herança cultural distinta e autêntica (JUNIOR, 1998).

Ao longo do século XX, a literatura de cordel, trazida pelos portugueses e adotada fortemente pelos nordestinos, expunha as mazelas da seca e da desigualdade social na região. Tem-se o cordel "A Seca do Ceará", escrito por Leandro Gomes – considerado o primeiro cordelista nordestino – em meados do século, descrevendo a tristeza de o gado estar morrendo, das folhas estarem caindo e das pessoas emigrando por conta da seca (ALVES; TELLO, 2019).

A região que hoje é conhecida como Nordeste, foi sendo culturalmente e politicamente formada ao longo de muitos anos. As comidas típicas, a literatura, as danças populares, a música, o sotaque e outras riquezas de um povo foram enriquecendo e agregando valor a essa egrégora cultural e geográfica. A fome, a seca e o sentimento de esquecimento também contam como alguns dos motivos que explicam a união e a coesão desse povo distinto.

Logo, outra razão para essa coesão regional poderia se expressar na identidade política histórica do Nordeste. O Nordeste do Brasil tem uma longa história de votar em partidos de esquerda. Esse fenômeno é notável principalmente a partir da década de 1980, quando houve uma maior polarização ideológica e a ascensão de partidos progressistas na região. Partidos como o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e outros de orientação mais à esquerda têm obtido apoio significativo e conquistado vitórias eleitorais em diversos estados nordestinos. Como afirma o jornalista Érico Firmo (2021) em uma publicação do Jornal O POVO, desde o século XXI, os estados nordestinos vêm votando em candidatos de esquerda, principalmente candidatos do Partido dos Trabalhadores (PT). De 2002 até 2022, o eleitorado nordestino colocou-se à esquerda do espectro político nas eleições presidenciais, expondo uma tendência ideológica constante nos últimos anos essencial para a união política

dos estados. Também, foi no século XXI, que as eleições para governadores estaduais mostraram-se mais inclinadas a partidos de esquerda, como PSB, PSDB, PT E PDT.

Logo, a recente convergência política do Nordeste possui um percurso no passado. Aliada à ideia de identidade comum no imaginário cultural, essas variáveis podem desempenhar um papel fundamental para compreender a criação e a institucionalização do Consórcio Nordeste. Essa convergência política reflete uma história de lutas e desafios compartilhados entre os estados nordestinos, marcados por interesses sócio econômicos, políticos e culturais que unem a região em torno de objetivos comuns. Assim, a identificação cultural e histórica da região como uma comunidade regional fortaleceu o apoio e a cooperação entre os governos locais, possibilitando a criação de iniciativas conjuntas, como o Consórcio Nordeste, que visa promover o desenvolvimento regional, a integração econômica e a melhoria das condições de vida da população nordestina.

2.2 Dos ciclos econômicos ao isolamento: desafios políticos e econômicos do Nordeste Brasileiro

É muito importante a compreensão do declínio econômico dessa região, que ainda hoje mantém seu atrativo para o comércio internacional devido a fatores geográficos, evidenciando sua prosperidade inicial durante a colonização, porém seguida de um declínio econômico ao longo do tempo até o início do século XX, é marcada pela criação da região Nordeste. Essa criação foi fundamentada na ideia de que a região necessitava de investimentos, resultando na construção de uma imagem associada à dependência de auxílio proveniente de regiões economicamente mais desenvolvidas (GOMES, 2007). Caio César Santos Gomes (2007), afirma que:

A criação do Nordeste e da figura do nordestino foi minuciosamente pensada a partir de uma série de temáticas que unidas compõe o que somos caracterizados hoje. O nordestino é imagem de sua própria terra, ou seja, somos vistos como o resultado do cruzamento infeliz das raças, como culturalmente ligados a terra e ao passado rural, enfim somos tudo o que representa o atraso, o dependente, o necessitado de ajuda. A construção da nossa imagem é bastante visível nas obras literárias da década de 30, que disseminam uma imagem do nordeste seco e miserável, e que as pessoas quando chegam aqui se deparam é a ausência dos urubus, das mulheres de barriga inchada, dos menininhos peladinhos e ‘buxudinhos’. Esse discurso tornou-se eficaz, uma vez que plantou “dentro de cada um de nós” a sementinha do complexo de inferioridade, a ideia de que realmente somos inferiores e dependentes do que vem de fora, de que somos infelizes por nossa condição de vítimas da “sorte”.

A dinâmica de exclusão e isolamento, delineada por uma lógica capitalista e monopolista, transformou o êxito econômico inicial da região (o complexo econômico do Nordeste) em uma periferia do sistema capitalista, ficando vinculada a ele pela transferência significativa de excedentes produzidos em seu território. As particularidades do cenário global no qual o Nordeste inseriu seus produtos no mercado internacional, atuando como um "produtor marginal" sujeito a flutuações crescentes na demanda, evoluíram à medida que novos produtores e regiões exportadoras emergiram no contexto global para competir na produção dos mesmos bens (GOMES, 2007).

Propõe-se explorar a evolução histórica, econômica e política do Nordeste brasileiro, delineando o caminho que levou esta região a se transformar do epicentro político e econômico da colônia até uma área que enfrenta desafios de desenvolvimento e presa de uma identidade cultural única no século XXI. Discute-se como, apesar do declínio econômico e do isolamento político experimentados a partir do século XIX, o Nordeste conseguiu forjar uma nova via de expressão e autonomia política através da criação de uma autarquia interestadual, permitindo o desenvolvimento de diversas práticas, inclusive da paradiplomacia.

Durante o período colonial, a região hoje considerada Nordeste destacou-se como uma das principais produtoras de açúcar no mundo, atraindo a atenção de nações europeias como França, Holanda e Inglaterra. No entanto, a condução dessa atividade econômica estava centralizada nas mãos de uma parcela restrita de latifundiários, que mantinham vínculos de poder e influência com a metrópole portuguesa e utilizavam-se de relações de trabalho escravistas na monocultura da cana-de-açúcar. A consolidação da exploração a partir da grande propriedade e do trabalho escravo, juntamente com o exclusivismo comercial, são fatores importantíssimos para explicar a estagnação econômica do Nordeste – e do Brasil colônia – mesmo após quase três séculos em ciclos produtivos altamente lucrativos (NETO, 1997). Celso Furtado, em *Formação Econômica do Brasil* (1959), cita que no terceiro quartel do século XVII, os preços do açúcar estavam reduzidos à metade e permaneceram nesse nível durante todo o século seguinte, indicando o declínio do ciclo da cana-de-açúcar. Também, a produção açucareira na região que ia da província da Bahia até Pernambuco não se revelou propícia para o desenvolvimento de um mercado interno sustentável, devido à falta de diversificação na produção, resultando, assim, na estagnação econômica da região (RODRIGUES, 2020).

Ainda no século XVII, Furtado destaca a importância do ciclo do ouro, que teve início em Minas Gerais, como um período de intensa atividade econômica que impulsionou o desenvolvimento da região. O ouro foi responsável por atrair uma grande quantidade de mão

de obra e recursos para a região, contribuindo para o crescimento populacional e a expansão das atividades econômicas no sudeste do país, especificamente na província de Minas Gerais. A descoberta de ouro em Minas Gerais e a intensa atividade econômica que se seguiu nessa região levaram a um aumento significativo da população e da riqueza na área. Isso gerou a necessidade de uma administração mais eficiente e centralizada para lidar com as questões relacionadas à exploração do ouro, à arrecadação de impostos e ao controle da região (FURTADO, 1959).

Assim, a transferência da capital para o Rio de Janeiro foi uma medida estratégica para melhor gerir e controlar as riquezas provenientes do ciclo do ouro, bem como para fortalecer o poder central e a presença do governo português na colônia. Essa mudança refletiu a importância econômica e política de tal ciclo para o Brasil colonial e teve impactos significativos na organização administrativa e no desenvolvimento do país. Ou seja, enquanto o Rio de Janeiro se tornava o novo centro administrativo e econômico do Brasil, a região Nordeste, historicamente dominante devido à produção de açúcar, foi perdendo sua relevância econômica e política. A monocultura açucareira enfrentava desafios e entrava em declínio, contribuindo para o isolamento e a estagnação da região (FURTADO, 2003).

No início do século XX, torna-se ainda mais evidente o isolamento econômico da região. Por muitas décadas, as vendas de produtos nordestinos – como a cana-de-açúcar e o algodão – foram muito relevantes para o mercado interno; no entanto, ao longo dos anos, essa dinâmica veio sofrendo mudanças. Assim, Rodrigues (1997) argumenta que:

À medida que se desenvolveu e avançou a economia nacional, sobretudo na região exportadora de café, houve diversificação da atividade produtiva, associada por vezes às dificuldades ocorridas no mercado internacional do café. Dessa forma, a complementaridade existente deu lugar à intensificação da competição que começava a deslocar os produtos nordestinos dos mercados do Sudeste e do Sul.

Na mesma linha de raciocínio, com o crescimento da indústria em São Paulo, impulsionada inicialmente pela demanda local e regional, e posteriormente pela necessidade de expansão, levou à penetração nos mercados do país. Assim, o Nordeste enfrentou a perda dos consumidores mercados externos da cana-de-açúcar e uma redução de sua participação econômica interna devido à entrada de produtos do Sudeste, passando, assim, a registrar enormes *déficits* no seu balanço comercial. Esse impacto foi especialmente sentido na produção de bens não duráveis de consumo (RODRIGUES, 1997).

Após a implementação da indústria pesada durante o governo Kubitschek, surge uma nova fase na história econômica do Nordeste. Nesse período, marcado por crises políticas e movimentos sociais fervorosos, a questão regional ganha destaque, evidenciando a marginalização da região no processo de industrialização nacional. Nesse período, como afirmam Colombo e Gileno (2019), nasce o GNDT – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – sob liderança de Furtado, que tinha como objetivo resolver problemas como a baixa produtividade agrícola na região, principalmente em virtude das secas constantes, e a grande concentração de alguns grupos oligárquicos que controlavam a cultura política.

Assim, as mudanças significativas ocorridas no Nordeste, impulsionadas pela nova atuação do Estado e pela mobilização social – vale citar as Ligas Camponesas lideradas por Francisco Julião –, tiveram um impacto profundo na economia regional. As medidas foram implementadas para promover o desenvolvimento econômico, incluindo melhorias na infraestrutura, como transporte e energia, na criação de um banco regional de desenvolvimento – o Banco do Nordeste –, na implementação de incentivos fiscais e financeiros, como o Finor e, como será abordado posteriormente, a criação da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste).

A SUDENE representou uma forma de intervenção da União na região, com o objetivo de contrapor a predominância do capital mercantil, favorecendo o capital industrial como um instrumento adicional de intervenção contra o subdesenvolvimento (ARAÚJO, 2008, p. 66). Segundo a visão de Celso Furtado, esse modelo foi inspirado na abordagem adotada pela Itália em relação à sua região mais pobre, o Mezzogiorno. No entanto, após o golpe militar de 1964, a priorização dos incentivos ao desenvolvimento regional deixou de ser uma preocupação central para o governo central, o que gradualmente resultou no declínio das ações nesse sentido.

Segundo Araújo (2008), a SUDENE tinha o intuito de ampliar as condições estruturais necessárias para impulsionar o desenvolvimento regional. Essas condições foram principalmente os incentivos fiscais e financeiros implementados pela instituição na região. Assim, a superintendência promovia no Nordeste a força motriz do desenvolvimento capitalista, que é fundamental para a acumulação de capital: o dinheiro, por meio de financiamento.

Contudo, é importante ressaltar que proporcionar recursos financeiros para impulsionar a industrialização no Nordeste não foi suficiente, uma vez que a região enfrentava uma realidade socioeconômica heterogênea e apresentava poucos atrativos técnicos em seus nove estados. Isso demandava uma distribuição coordenada dos recursos, conforme observado por Araújo (2008). Dessa forma, percebe-se que a industrialização, vista como uma solução

para a disparidade regional histórica enfrentada pela região, acabou ocorrendo de maneira assimétrica e desigual entre os estados nordestinos. O autor também destaca o papel das elites regionais na manutenção do subdesenvolvimento na região, que permaneceram presas a concepções antigas que não favoreciam a expansão e a diversificação do produto. Essas elites insistiram em uma abordagem patrimonialista que resistia às mudanças, tornando a estrutura agrária e de poder um dos principais obstáculos ao desenvolvimento regional (2009, p. 75) .

Na segunda metade do século XX, notava-se, ainda, significativas disparidades entre o Centro-Sul e o Nordeste do país. Além da queda do Produto Interno Bruto (PIB), houve uma mudança na atividade industrial para o Centro-Oeste, impulsionada pela criação de Brasília, e um aumento significativo da urbanização no Sul e no Sudeste. Ao final da década de 80, com a redemocratização, o Brasil via-se imerso em uma crise financeira expressiva, conhecida como a crise da dívida. Sob tal cenário, as políticas regionais esvaziaram-se e enfraqueceram-se (Araújo, 2013).

O planejamento e a ação de políticas regionais foram retomadas após a redemocratização em meados dos anos de 1990. Em 2003, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva a proposta da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) foi apresentada, mas só foi oficializada pelo Decreto de número 6.047/2007 no segundo governo Lula, em 2007 (ALVES, 2022).

Como afirma Resende et al (2015), A PNDR iniciou com dois objetivos principais: primeiro, reduzir as desigualdades regionais; e segundo, ativar as potencialidades de desenvolvimento das regiões brasileiras, valorizando as diversidades locais, atuando nos territórios que menos interessam aos agentes do mercado. Assim, o objetivo é reverter a evolução das disparidades regionais e aproveitar os potenciais intrínsecos das diferentes bases regionais do Brasil. Para implementar a PNDR, o arranjo de articulação institucional de 2003 propôs três escalas de coordenação: federal, macrorregional e sub-regional.

Ao longo da primeira década do século XXI, o Brasil ampliou as políticas públicas de transferência direta de renda, aumentando o poder de compra da parcela com menor poder aquisitivo. As áreas mais pobres do nordeste e do norte, que foram afetadas positivamente por esse novo padrão de crescimento, que foi implementado principalmente durante o governo Lula (BRANDÃO; SIQUEIRA, 2013). Os estados nordestinos, que à época representavam mais da metade da população pobre do país, tiveram um grande impacto com essas ações, especialmente com o programa Bolsa Família. Evidenciou-se especialmente nas áreas rurais do semiárido.

Durante esse período, houve uma mudança significativa no pensamento sobre o desenvolvimento no Brasil: as políticas sociais foram colocadas em primeiro lugar para resolver

crises e desigualdades, e apenas em seguida as políticas econômicas foram incorporadas. O lado da demanda foi mais importante do que o lado da oferta, pois o nível de renda das famílias pobres aumentou, o que teve um impacto positivo na região (BRANDÃO; SIQUEIRA, 2013). Soares, Ribas e Osório (2010) apud Zimmermann e Spínola (2015) expõem que o Bolsa Família ajudou a diminuir a desigualdade e a extrema pobreza no Brasil. A pesquisa mostrou que o Programa contribuiu para uma queda de 21% no índice de Gini, contribuindo para uma redução de 12% no hiato da pobreza e de 19% na severidade da pobreza. O benefício se torna a segunda renda mais importante para as famílias na redução das desigualdades; os salários do trabalho são os únicos que o superam.

Três benefícios nunca antes vistos foram identificados nesse período, segundo Monteiro Neto (2014) apud Alves, (2022): a expansão acelerada da economia regional, a diminuição das disparidades regionais no PIB e a volta da função governamental para o desenvolvimento regional. Assim, as regiões periféricas do país também se notabilizaram por taxas de expansão de seus produtos mais aceleradas que as das regiões desenvolvidas, apontando para o robustecimento da trajetória de convergência regional de rendas.

Apesar desses avanços, as desigualdades sociais ainda prevalecem, especialmente no âmbito social; por exemplo, o norte e o nordeste do país têm taxas mais altas de mortalidade infantil e analfabetismo. A diferença entre as áreas urbanas e rurais persiste, e, embora diminuída, a concentração industrial e econômica no Centro-Sul persiste (BRANDÃO, SIQUEIRA, 2013, p. 50).

A PNDR foi alterada em 2012 e aumentou seus objetivos, assim, envolvia a valorização dos recursos endógenos e suas características culturais, sociais, econômicas e ambientais, bem como melhorar as condições de acesso aos bens e serviços públicos, diminuindo as desigualdades. Além disso, o PNDR II incluiu princípios e diretrizes para o desenvolvimento regional sustentável, que incluíam sustentabilidade ambiental, redes de cidades, educação, ciência e tecnologia (RESENDE; MOREIRA; ALVES; NETO, 2015, p. 31). Também, pode-se notar avanços na perspectiva do desenvolvimento da região, que agora considera fatores educacionais e ambientais, em vez de apenas fatores produtivos e econômicos (ALVES, 2022).

Também, como afirma Maria Alves (2022), trazendo uma perspectiva mais recente, o então presidente Jair Bolsonaro assinou o Decreto no 9.810, que melhorou a PNDR II durante seu segundo ano de governo em 2019. Assim, foram criados quatro novos objetivos prioritários. Eles são os seguintes: aumentar a competitividade regional, promover a convergência dos níveis

de desenvolvimento e equidade no acesso a oportunidades; fortalecer uma rede policêntrica de cidades para reduzir a concentração do desenvolvimento; e promover a diversificação e agregação de valor em cadeias produtivas estratégicas para o desenvolvimento regional (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2023).

Bolsonaro e Gustavo Canuto, então ministro do Desenvolvimento Regional, declararam durante a assinatura do decreto que a nova política visava aumentar a competitividade e estimular o crescimento, em vez de depender de assistência (EXAME, 2019).

Tal afirmação deixou espaço para questionamentos acerca das políticas de assistência social empreendidas nas décadas anteriores em outros programas do governo federal em relação às regiões subdesenvolvidas, bem como dentro da própria PNDR, além de questionamentos acerca das poucas menções à sustentabilidade ambiental. Ainda em 2019, tal espaço pareceu ser ocupado pelo nascimento do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste, uma aliança entre os nove estados da região cujo surgimento pode ser lido como uma contraposição política ao governo vigente e suas posições no âmbito do desenvolvimento (Alves, 2022).

Os estados nordestinos fizeram muito para contornar as consequências da desigualdade regional estrutural descrita por Furtado¹ e outros autores, além dos incentivos e ações do governo central que já foram vistos (ALVES, 2022). O Consórcio Nordeste, tem, assim, um papel importantíssimo, uma vez que sua paradiplomacia é um exemplo de política regional que promove o desenvolvimento da região a partir da perspectiva local.

¹ (FURTADO, 1981a, p. 152)

3. O CONSÓRCIO NORDESTE

Ao longo da história, as Constituições Federais têm oferecido oportunidades para a colaboração entre os entes federados de maneira voluntária. Isso é evidente na Constituição de 1891, que, em seu artigo 65, permitiu aos Estados realizar acordos e pactos entre si, sem cunho político obrigatório (BRASIL, 1891). A Carta de 1934 estabeleceu que a União poderia, em situações especiais, firmar acordos com os Estados para a realização de certos serviços exclusivos da União. Por sua vez, a Constituição de 1937, ao tratar da organização nacional, delineou um esquema semelhante ao conceito contemporâneo de Consórcio Público. Essa Carta, em seu artigo 29, garantiu aos municípios a possibilidade de se unirem, desde que pertencentes à mesma região, para gerir conjuntamente a implementação, operação e administração de serviços públicos compartilhados. No entanto, a personalidade jurídica desses consórcios era limitada, ficando a cargo dos Estados regulamentar as condições para sua formação e a maneira como seriam administrados (BRASIL, 1937).

Na Constituição de 1967, foram introduzidas várias disposições que possibilitaram a celebração de acordos e parcerias. Essas parcerias podiam ocorrer tanto entre a União e os Estados e Municípios, quanto entre esses entes de igual hierarquia. Um ponto de destaque era o capítulo que abordava a autonomia municipal, permitindo que os municípios estabelecessem convênios para a realização de obras ou a prestação de serviços públicos de interesse comum. Contudo, a implementação desses convênios estava sujeita à aprovação das respectivas Câmaras Municipais (LEITE, 2021).

Na atual Constituição de 1988, a ideia de consórcio público não foi inicialmente abordada, sendo mencionada somente após a promulgação da Emenda Constitucional nº 19/98, durante a reforma administrativa do Estado. Esta emenda introduziu no artigo 241, nos dispositivos de caráter geral, a possibilidade dos entes federativos estabelecerem consórcios públicos e convênios de cooperação. Essa autorização veio acompanhada da exigência de regulamentação por meio de legislação específica, que permitiria a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de responsabilidades, serviços, pessoal e bens essenciais para garantir a continuidade dos serviços transferidos. No âmbito federal, essa regulamentação só foi efetivada com a promulgação da Lei 11.107/2005, a qual trata das normas gerais para contratação de Consórcios Públicos (Leite, 2021).

Ainda, sob a visão de Héber Leite (2021), a participação recente de tais entes subnacionais na busca por compartilhamento de serviços ou recursos no cenário internacional é significativa. Essas iniciativas estão alinhadas com os princípios estabelecidos no artigo 4º da

Constituição Federal, que menciona a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e a primazia dos direitos humanos como objetivos nas negociações internacionais. Esses novos atores buscam espaço nos acordos internacionais, mesmo sem a participação direta da União, o que representa uma mudança na dinâmica estabelecida pelas Constituições nacionais.

A criação do Consórcio Nordeste tem como principal propósito promover a integração regional. Assim, a substituição da competição pela cooperação é frequentemente mencionada como um dos objetivos fundamentais e origens da integração regional. Essa mudança de paradigma é considerada de suma importância para a região Nordeste e para o estabelecimento do Consórcio. Além disso, destaca-se também o papel essencial das compras públicas como parte integrante desse processo de cooperação e integração regional. (SIMAN, 2021).

Reconhecido como uma autarquia interfederativa, o novo consórcio público se distingue por ser o primeiro de sua categoria a envolver integralmente os Estados-membros de uma mesma região. Ele se difere de outros consórcios públicos brasileiros formados por estados, como o Consórcio Brasil Central o Consórcio Amazônia, uma vez que tais autarquias, por exemplo, são formadas para fins específicos mais abrangentes, podendo envolver estados de outras regiões, sem, necessariamente, a questão cultural e regional ser um fator de grande peso na construção de tais consórcios. Eles, por sua vez, são constituídos com finalidades administrativas visando a aquisição conjunta de bens e a prestação de serviços públicos, abrangendo áreas como comunicação, saúde, infraestrutura e segurança pública. (LEITE, 2021).

Presume-se, então, que a identidade cultural comum compartilhada, a recente convergência política e o isolamento político e econômico histórico da região foram responsáveis por dar base ao Fórum de Governadores do Nordeste – um fórum anual dos governadores nordestinos que foi criado para discutir ações de desenvolvimento para cada estado da região, tendo uma ação essencial à promoção do desenvolvimento integrado do Nordeste Brasileiro, junto ao Governo Federal durante a gestão do Partido dos Trabalhadores (PT) (ROSSI; SILVA, 2020).

O evento reunia todos os governadores da região e muitas reuniões costumavam tratar assuntos relacionados à SUDENE. Os estados, também, sempre contam com a representação do Governo Federal, aprofundando os temas de interesse regional e trazendo novas propostas na busca de mobilizar as esferas de governo estadual e federal em busca da melhoria da qualidade de vida da população nordestina em geral. Com tais encontros consolidados, os governadores e o governo federal começaram a trabalhar em uma agenda comum.

Em 2019², ocorreu a institucionalização dessa colaboração regional, evidenciando uma nova abordagem no contexto político. Esta iniciativa surgiu em meio a episódios recentes de oposição política, considerando que, historicamente, os estados nordestinos têm demonstrado uma inclinação por posicionamentos políticos mais à esquerda do espectro ideológico. Além disso, a necessidade de uma atuação coordenada e estratégica dos estados nordestinos em âmbito nacional e internacional foi um fator crucial para a criação do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste, mais conhecido como Consórcio Nordeste. Destaca-se que esse consórcio é singular, representando um arranjo político horizontal formado exclusivamente por entidades subnacionais estaduais do país (JUNQUEIRA ET AL, 2022).

O ineditismo do Consórcio Nordeste, exposto por Clementino (2019), justifica-se no fato de que ele é o primeiro consórcio brasileiro constituído somente por estados federados de uma mesma região.

Criado em 14 de março de 2019, o Consórcio Nordeste, é um instrumento jurídico, político e econômico composto pelos nove estados nordestinos – Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe – em uma plataforma de políticas públicas que busca promover a integração e a cooperação regional (CLEMENTINO, 2019).

O consórcio público é uma pessoa jurídica constituída exclusivamente por entidades federais que devem cumprir os requisitos do Decreto 6.017/2007 e da Lei 11.107/2005 (Henrichs, 2018). Esta lei, também conhecida como Lei de Consórcios Públicos, foi uma das primeiras tentativas do Brasil de incluir na agenda pública a implementação de "pactos territoriais" que promovam a colaboração entre governos (CLEMENTINO, 2019).

Os consórcios públicos são considerados uma estratégia importante para o desenvolvimento não apenas dos entes envolvidos, mas de toda a região, por objetivar estabelecer relações de cooperação federativa para a gestão associada de serviços públicos comuns que dificilmente se resolvem individualmente. Assim, a cooperação permite o planejamento, implementação e gestão de políticas públicas que abrangem a infraestrutura e a prática diária de cada governo (HENRICH, 2018).

² Os governadores e seus partidos no primeiro ano do Consórcio Nordeste em 2019 foram: Rui Costa (Bahia) do Partido dos Trabalhadores (PT), Camilo Santana (Ceará) do Partido dos Trabalhadores (PT), Renan Filho (Alagoas) do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), João Azevêdo (Paraíba) do Partido Socialista Brasileiro (PSB), Flávio Dino (Maranhão) do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Paulo Câmara (Pernambuco) do Partido Socialista Brasileiro (PSB), Wellington Dias (Piauí) do Partido dos Trabalhadores (PT), Fátima Bezerra (Rio Grande do Norte) do Partido dos Trabalhadores (PT), e Belivaldo Chagas (Sergipe) do Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Entre os objetivos do Consórcio Nordeste estão: a melhor compreensão e encaminhamento das necessidades e agendas políticas dos estados; o fortalecimento das capacidades dos entes consorciados; a ampliação das redes colaborativas entre os estados; a promoção da inovação e do acesso a informações compartilhadas; além de ser um catalisador para o estabelecimento de parcerias e atração de investimentos nacionais e estrangeiros (Bahia, 2019, p.3). Assim, o Consórcio surge como consequência das eventuais articulações cooperativas e políticas ocorridas no Fórum dos Governadores do Nordeste e como oposição política ao então governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro.

Alves (2022) expõe que:

Sendo assim, ao tratar dos estados federados e do Consórcio Nordeste enquanto atores domésticos, circunscritos na temática do presente trabalho, é possível observar que as políticas nacionais para o desenvolvimento regional e as preferências políticas que, relacionadas ao contexto histórico e ao atual, perpassam o consorciamento dos estados nordestinos, são pontos relevantes e até mesmo centrais para se pensar a internacionalização da região.

Nesse sentido, o Consórcio Nordeste não se limita à ampliação e modernização da infraestrutura de exploração dos recursos naturais da região; à promoção do desenvolvimento sustentável e do bem-estar social; e à ampliação a atração de investimentos internos e externos para alavancar os projetos regionais, como realiza ações voltadas ao âmbito internacional, como o estreitamento de laços com variados países e a busca por investimentos (CONSÓRCIO NORDESTE, 2019).

A Figura 1 mostra a estrutura da organização governamental do Consórcio. Ela indica que a estrutura administrativa e legal de suporte do Consórcio é gerenciada pelo governador do estado que está presidindo o Consórcio. A Assembleia Geral, a instância mais alta do consórcio, tem a responsabilidade de criar os estatutos do consórcio e aprovar suas modificações; escolher ou destituir o Presidente do consórcio ou um membro do Conselho de Administração; aprovar o orçamento anual e plurianual de investimentos, bem como o programa anual de trabalho e os regulamentos; e tomar decisões estratégicas (CONSÓRCIO NORDESTE, 2019).

Figura 1. Estrutura Organizacional do Consórcio Nordeste

GOVERNANÇA



Fonte: Consórcio Nordeste (2022)

Clementino (2019) disserta sobre o êxito do Consórcio Nordeste. Para ela, alguns dos elementos que impulsionam a atuação eficaz do grupo, apesar dos desafios na elaboração de um plano para a região, incluem: a consolidação de uma identidade regional coesa; a coordenação eficaz das lideranças políticas em torno de estruturas institucionais de administração pública; e a crise econômica e política enfrentada pelo país, que leva as lideranças regionais a adotar abordagens conjuntas na gestão governamental, potencializadas por interesses político-partidários em contraposição ao governo central (CLEMENTINO, 2019).

Além disso, ao abordar os estados federativos e o Consórcio Nordeste como entidades domésticas, torna-se evidente que as políticas nacionais para o desenvolvimento regional e as preferências políticas que, associadas ao contexto histórico e atual, atravessam a união dos estados nordestinos, são pontos de grande relevância e significância para refletir sobre a internacionalização da região (ALVES, 2022).

3.1 A paradiplomacia de resistência

Durante a década de 1970, em um contexto marcado pelas tensões políticas da Guerra Fria, houve um aumento significativo nas análises realizadas sobre as conexões entre os contextos internos e externos (FRÓIO, 2015). Conforme Rosenau (1969), as interações entre

ambos os sistemas são definidas como qualquer ação que se origina em um sistema e afeta o outro. Por mais que o vocábulo paradiplomacia não seja explicitamente mencionado na obra do autor, e não há discussões sobre as atividades internacionais realizadas por atores subnacionais, seu trabalho é relevante para essa temática, uma vez que inicia uma análise pertinente sobre as conexões entre os contextos interno e externo de um Estado. Tal abordagem serve, inclusive, como base para o posterior desenvolvimento do debate sobre paradiplomacia (FRÓIO, 2015).

De forma resumida, podemos dizer que o vocábulo “paradiplomacia” foi introduzido entre os anos de 1986 e 1990 por Ivo Duchacek e Panayotis Soldatos, respectivamente, embora haja registros anteriores na área do Direito Internacional e nas Relações Internacionais dos anos 1970 (ZERAQUI, 2013, JUNQUEIRA, 2017). Duchacek atualizou o termo “micro-diplomacia” para “paradiplomacia” em 1986, enquanto Soldatos publicou um artigo sobre o assunto em 1990. Essa terminologia é um neologismo, derivado da junção de “paralela” e “diplomacia”, indicando uma política subnacional de relações externas, liderada por um “paradiplomata”. Enquanto a diplomacia é um instrumento da política externa estatal, a paradiplomacia representa uma política pública subnacional (JUNQUEIRA, 2017).

A paradiplomacia, que se refere às relações internacionais realizadas por entes subnacionais, encontrou respaldo legal no Brasil apenas com a redemocratização, dado que durante a ditadura militar estabeleceu-se um alto nível de centralização do governo que impossibilitou a paradiplomacia (PRADO, 2020). Assim, a Carta Magna brasileira, em seu artigo 18, estabelece a competência dos estados para celebrar convênios, acordos e tratados internacionais, desde que estes não contrariem a Constituição Federal. Dessa forma, os estados brasileiros têm a prerrogativa de estabelecer relações internacionais em temas de interesse regional, como comércio, cultura, meio ambiente, entre outros.

É importante pontuar, no entanto, que esses diálogos entre atores subnacionais e autoridades governamentais externas aos Estados nacionais não são novos. As cidades-estados da Grécia Antiga já formavam grandes grupos comerciais e econômicos internacionais. O que se considera realmente recente é a concretização desse debate pela área de relações internacionais e o estabelecimento de bases epistêmicas para estudá-lo, principalmente a partir da década de 1990 (JUNQUEIRA, 2015).

Também, é importante considerar a visão apresentada por Bueno (2010) sobre a paradiplomacia em países em desenvolvimento, como o Brasil, oferecendo uma compreensão relevante do contexto brasileiro. Dessa maneira, a análise ampla da paradiplomacia em nações emergentes identifica alguns elementos essenciais, sendo três deles particularmente importantes para entender seu desenvolvimento no Brasil: o impacto da democratização como catalisador

da paradiplomacia, a influência marcante da globalização e regionalização, e a ênfase na paradiplomacia de cunho econômico (BUENO, 2010).

Além disso, vale colocar em questão que, a paradiplomacia do Consórcio Nordeste contribui para a diversificação das relações internacionais do Brasil, permitindo que os estados nordestinos tenham uma voz ativa na construção de acordos e parcerias internacionais e eleva a região Nordeste à condição de agente do próprio desenvolvimento, moldando o espaço e promovendo a região como um todo (ALVES, 2022).

Marinana Barros e Daniela Secches (2023) desenvolvem o argumento de que houve, durante o governo Bolsonaro (2019-2022), pela primeira vez, um tipo particular de atividade paradiplomática realizada no Brasil, que ocorreu de maneira sistematizada e que teve como elemento central a oposição ao Governo Federal (BARROS; SECCHES, 2023).

Assim, Barros (2021) caracteriza como paradiplomacia de resistência ações dos governos subnacionais em que há um elemento internacional e clara contraposição com o governo federal (BARROS, 2021). É oportuno abordar, portanto, a estratégia de paradiplomacia de resistência adotada pelo Consórcio Nordeste e seus estados-membros (ALVES, 2022). Esta abordagem representa uma forma de expressar a resistência diante das decisões tomadas pelo governo federal, enquanto procura oportunidades no cenário internacional para lidar com questões internas desafiadoras. Isso reflete uma tendência contemporânea em que a oposição política tem se expandido do cenário nacional para a esfera internacional (BARROS, 2021).

4. GOVERNO BOLSONARO

Neste capítulo aborda-se a formação e o desenvolvimento do Consórcio Nordeste durante o governo Bolsonaro, destacando o contexto em que surgiu e o caráter da paradiplomacia nesse período.

4.1 A política externa bolsonarista e o enfrentamento da pandemia da covid-19

De acordo com Cervo (2008), a linha histórica de atuação diplomática do Brasil, durante muitas décadas, foi pautada em um viés mais cooperativista, universalista e pacifista. O país construiu a ideia de uma nação zelosa na sua política externa e voltada para o desenvolvimento, ideia essa que notadamente foi respeitada por outros chefes de estado ao longo da história. Em 2019, com a chegada de Jair Bolsonaro na liderança do Poder Executivo do Brasil e do Ministério das Relações Exteriores, ocorre uma mudança radical nos rumos da política externa brasileira (JUNQUEIRA ET AL, 2022).

Como afirmam Junqueira, Silva e Araújo (2022), a “Nova Política Externa Brasileira” de Ernesto Araújo foi marcada por pronunciamentos contrários ao que se esperava de um ministro brasileiro responsável pelas relações internacionais, ou seja, em oposição à linha histórica de atuação do MRE. Esses pronunciamentos públicos e de amplo alcance midiático foram contrários ao multilateralismo, à agenda ambiental, ao chamado “globalismo” e em favor da “liberdade”, sendo um termo bastante recorrente nos discursos. No discurso de posse, Araújo afirmou “não estamos aqui para trabalhar pela ordem global. [...] O Itamaraty existe para o Brasil, não existe para a ordem global” (ARAÚJO, 2019). Pode-se notar, assim, um discurso de viés anti-multilateral e mais nacionalista, estando de acordo com a campanha eleitoral do presidente Bolsonaro (2018).

Contudo, o aspecto nacionalista presente no discurso de Araújo e ao longo do governo Bolsonaro, pareceu apenas um artifício retórico, uma demagogia para aflorar as massas bolsonaristas e anti-PT. Esse nacionalismo se expressa, seguindo Trump, em um discurso contra o globalismo e contra as instituições multilaterais e no mero fetiche de símbolos nacionais – a camisa amarela da seleção brasileira, a bandeira e etc (JUNIOR, 2020). É, logo, um “nacionalismo” entreguista, com uma política externa subserviente aos Estados Unidos. Um bom exemplo que escancara a problemática de tal “patriotismo” seria um dos maiores empresários brasileiros, Luciano Hang, ser claramente apoiador do governo Bolsonaro – tendo o uniforme da Havan nas cores amarelas e verdes – e ter todas as unidades das suas lojas de

departamento no formato da casa branca americana, com uma réplica da estátua da liberdade de 37m em cada uma.

O viés “entreguista” do governo brasileiro aos Estados Unidos é nítido em vários momentos entre 2019 e 2022 e transformou a política externa em um artifício ideológico, sendo útil no isolamento internacional do Estado Brasileiro (Gonçalves e Teixeira, 2020). Pode-se citar o momento em que o Brasil votou a favor do embargo norte-americano a Cuba na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU). Desde 1992, quando começou a votação, o Brasil colocava-se contrário a essa decisão. Além do Brasil, somente Israel colocou-se favorável ao embargo à Ilha (GLOBO, 2019). Vale citar, também, a concessão da Base de Lançamentos Espaciais de Alcântara (AM), que o governo brasileiro cedeu ao governo dos EUA sem transferência de tecnologia para o Brasil, ou seja, mais uma ação bilateral desproporcional que não foram negociadas contrapartidas significativas (JUNQUEIRA ET AL, 2019).

Essa falta de reciprocidade também foi constatada quando o Brasil abdicou do tratamento especial como "país em desenvolvimento" na Organização Mundial do Comércio (OMC) em troca da promessa de apoio dos Estados Unidos à entrada do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), mesmo que não houvesse garantia de promessa pelas Estados Unidos (G1, 2019). Similarmente, houve o momento em que Bolsonaro firmou um decreto durante sua visita a Washington para se reunir com Donald Trump, isentando vistos de entrada no país para turistas dos Estados Unidos, Japão, Canadá e Austrália, mesmo sem a garantia de reciprocidade por parte do governo norte-americano (MAZUI, 2019) .

Desde o início do governo Bolsonaro, houve uma mudança substancial na abordagem da Política Externa do Brasil. A nova abordagem, que o ex-chanceler chamou de "climatismo" ou "ideologia da mudança do clima" (ARAÚJO, 2020, p. 400). Além das declarações controversas, como a de Araújo que refutou a existência do aquecimento global citando o clima frio em Roma (Correio Braziliense, 2019), as ações eficazes tomadas pelo governo também afetaram a imagem da conservação ambiental do Brasil no mundo.

No entanto, as queimadas na Amazônia foram a fonte principal de preocupação ambiental na política externa do governo Bolsonaro até 2020. Bolsonaro, Ernesto Araújo e o então Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, optaram por questionar os dados e lançaram uma ofensiva contra o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que é responsável por monitorar o desmatamento na Amazônia por meio de imagens de satélite (PODER 360, 2019). Essa atitude de recusa e confronto aumentou as críticas e prejudicou a reputação da nação em

relação à preservação ambiental no mundo (SILVA, 2022).

Desse modo, como afirma Jaqueline Silva (2022):

A postura negacionista do governo brasileiro diante das queimadas na Amazônia rendeu críticas de lideranças europeias, como Emmanuel Macron e Angela Merkel. O presidente francês levou o tema das queimadas como um tópico para discussão na reunião do G7 de 2019, contando com o apoio da chanceler alemã e dos primeiros-ministros do Reino Unido e Canadá. Isso fez com que, após a assinatura inicial do Acordo entre o Mercosul e a União Europeia, colocado pelo próprio governo como uma grande conquista da política externa de Bolsonaro, a parceria inter-regional se estagnasse, não havendo previsão para sua ratificação completa porque isso depende diretamente do aval dos parlamentos nacionais – e alguns subnacionais – europeus (SILVA, 2022).

O cenário negacionista adotado por Bolsonaro e pelo ex-Ministro Araújo transcendeu a esfera ambiental, adentrando em um novo cenário com o advento da pandemia de Covid-19. Enquanto, anteriormente, os embates se concentravam nas questões ambientais com países europeus, a crise da Covid-19 direcionou as críticas em direção à China, o principal parceiro comercial do Brasil. As relações com a China já estavam tensas há algum tempo, como evidenciado durante a campanha eleitoral de 2018, quando o então candidato Bolsonaro realizou uma visita a Taiwan, o que foi interpretado como uma afronta ao princípio de "China única" e gerou descontentamento por parte do governo chinês (COBRA, 2018). Essa situação contribuiu para uma atmosfera de desgaste nas relações entre Brasil e China, e posteriormente, foi intensificada pelo contexto da pandemia e pela postura adotada pelas autoridades brasileiras em relação à crise sanitária global.

O termo negacionismo foi popularizado por Henry Rousso (1987) para se referir a grupos e indivíduos que negaram a existência das câmaras de gás e o extermínio em massa dos judeus no regime nazista de Hitler durante a Segunda Guerra Mundial (VALIM ET AL, 2021). Deborah Lipstadt (1994) afirma que os negacionistas do Holocausto se consideravam herdeiros intelectuais de uma tradição revisionista que surgiu na historiografia dos Estados Unidos a partir dos anos 20. Essa corrente se destacou por reavaliar a culpabilidade alemã pelo início da Primeira Guerra Mundial, utilizando-se de falsificação e de distorção de evidências (2021).

O governo Bolsonaro, como citado por Pasqualini (2021), é marcado por omissão, negacionismo e entreguismo. A fim de exemplificar tal postura, é oportuno citar quando o Ministro das Relações Exteriores, indicado pelo presidente, em seu blog popular Metapolítica, pronunciou que a pandemia da Covid-19 deu oportunidade para o “comunavírus”, que seria um projeto comunista-globalista chinês de apropriação da pandemia para subverter completamente

a democracia liberal e a economia de mercado (ARAÚJO, 2021). Também, após isso, Eduardo Bolsonaro, Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara de Deputados, atribuiu à China o surgimento da Covid-19 (BENITES, 2020).

Além disso, Ernesto Araújo, não queria que o Brasil integrasse o consórcio Covax Facility – programa da Organização Mundial de Saúde (OMS) com mais de 170 países para o suprimento de nove vacinas contra a Covid-19. Por motivos ideológicos, Araújo achava que ingressar no programa fortaleceria a OMS. Segundo ele, isso favoreceria o chamado "globalismo". Foi a embaixadora Nazareth Azevêdo, então representante do Brasil para a ONU em Genebra, que interveio para colocar o Brasil no programa (AMADO, 2021). Outrossim, em depoimento à CPI da Covid em maio de 2021,

Araújo afirmou que partiu do Ministério da Saúde a decisão de contratar a quantidade mínima de doses do Covax Facility. Ao aderir em setembro de 2020, o governo teria optado por receber apenas 10% em vez de 50%. No mesmo contexto, o Ministério da Saúde negociou 2 milhões de doses de hidroxicloroquina – medicamento sem comprovação científica para tratamento de pessoas infectadas pelas Covid-19, como indica artigo do The New England Journal of Medicine e a Associação Médica Brasileira – doadas pelo governo dos Estados Unidos (AZEVEDO, 2021).

De acordo com Hur et al (2021), no início da pandemia, não foram implementadas medidas epidemiológicas para abordar questões de saúde pública, nem houve uma extensa campanha de conscientização sobre os riscos e prevenção da Covid-19. Não houve, também, envolvimento de profissionais do campo psicossocial, como psicólogos, sociólogos e publicitários, na criação de estratégias para promover a aceitação do isolamento que se seguiria. Ao revés, Bolsonaro passou a negar os efeitos adversos da Covid-19, como explicita Caponi (2020) citado por Hur et al (2021). Ele classificou a situação sanitária da população brasileira, diante de uma nova pandemia, como “histeria”; que se tratava de uma “gripezinha” e que “se morre mais de pânico que de Covid”. Nesse contexto, como apontam Hur et al:

Um dos efeitos psicossociais desse conflito de narrativas é que não se criou uma imagem de pensamento comum, ou ancoragem de uma representação social compartilhada, sobre o que é o coronavírus. Nesse sentido foram produzidas duas imagens sobre a Covid-19: de uma doença altamente infecciosa, representada pela Ciência, e de uma doença que não oferece muitos riscos, enunciada pelo presidente. Assim, parcela significativa da população legitimou a posição de enunciação do presidente, aderiu à sua narrativa, passando a ignorar, ou minimizar, as medidas de prevenção. Dessa forma, foi deixado em segundo plano o discurso científico. Por outro lado, outra parcela da população, como a classe média intelectualizada, prontamente se isolou em suas casas (HUR ET AL, 2021, p. 556).

Tais omissões e negacionismos vão alertar outros setores da sociedade brasileira e do poder público no que tange ao enfrentamento, de fato, da pandemia causada pela Covid-19. Como aborda Santos et al (2021), os influenciadores comunitários – como agentes de saúde, líderes comunitários – desempenharam um papel crucial na comunicação pública e no estímulo ao envolvimento da comunidade, abordando questões específicas das próprias comunidades e oferecendo medidas para proteger a saúde e o bem-estar geral no período da pandemia. Assim, como apontam, contar com a influência desses indivíduos chave foi uma estratégia para promover mudanças de comportamento e manter a confiança da população nas autoridades de saúde durante a pandemia de Covid-19.

Em relação ao Poder Público, prefeituras de vários estados se reuniram virtualmente em vários momentos entre 2020 e 2022, com o fito de discutir medidas, de aspecto micro, no combate à Covid-19; medidas limitadas a prefeituras, porém extremamente importantes em uma perspectiva de micro para macro. O Governo do Ceará reuniu 170 municípios em 2021 para fiscalizar as medidas sanitárias e as medidas de enfrentamento, como a diminuição da circulação de pessoas e o uso da máscara (HERCULANO, 2021). Os prefeitos da Região Metropolitana de Belo Horizonte também se reuniram para discutir temas semelhantes na então missão de executar políticas públicas viáveis e eficientes no combate ao vírus.

Nesse contexto de negacionismo revelado pelo Poder Executivo, não apenas atores da sociedade civil e prefeituras buscam colaborar em conjunto para enfrentar essa séria crise sanitária, como também o Consórcio Nordeste, que se origina como um poder em contraposição aos posicionamentos falhos adotados pelo Itamaraty, pelo Ministério da Saúde e pelo Presidente da República (CLEMENTINO, 2019). Junqueira et al (2022), aponta que o Consórcio vai ser pontuado como uma alternativa possível para a coordenação efetiva de ações dos estados nordestinos no estímulo a uma paradiplomacia de viés anti-negacionista.

3.2 O nascimento de uma oposição subnacional

A paradiplomacia, como abordado, é a prática de relações internacionais por entes subnacionais. Ela é extremamente benéfica para tais entes e para o próprio estado nacional, uma vez que estimula os governos locais a customizar suas pautas de acordo com suas potencialidades e tecer suas próprias relações políticas e econômicas em âmbito internacional

(Guerreiro, 2020). No contexto pandêmico, a diplomacia paralela se fez ainda mais importante devido à ideologização de medidas sanitárias – como atrelar o uso de máscaras a questões de viés político – e as mudanças no sistema político, como o próprio distanciamento do pragmatismo do Barão do Rio Branco e uma aproximação significativamente ideológica ao Governo dos EUA.

Esse tipo de ação dos governos locais é considerado um processo consolidado e historicamente estabelecido (JUNQUEIRA ET AL, 2022). Tem-se, a exemplo, o caso das prefeituras do Rio de Janeiro, de Porto Alegre e de Campinas que criaram estruturas burocráticas voltadas ao aspecto internacional. Há, também, redes de cidades que se organizam na perspectiva internacional, como as Mercocidades.

Como aponta Bueno (2010), citado no trabalho de Junqueira et al (2022), ao final da década de 2000, foram catalogados 17 estados brasileiros que possuíam alguma Secretaria ou Assessoria de Relações Internacionais. Todos esses entes subnacionais, desde o início da execução de políticas internacionais, utilizaram-se da paradiplomacia para atrair investimentos, gerar empregos e, como minimamente mencionado anteriormente, minorar seus problemas particulares e personalizados. São ações políticas essencialmente complementares (GUERREIRO, 2020).

Contudo, a partir da eleição do Bolsonaro para a presidência da república, como nota Jaqueline Silva (2022), evidencia-se um novo teor na conjuntura paradiplomática brasileira. Identifica-se um caráter compensatório, no qual, diante da inatividade do Poder Executivo em promover o bem-estar coletivo e políticas públicas eficazes no enfrentamento da crise sanitária, os atores subnacionais emergem como agentes determinados a compensar a falta de ação do governo central.

Nesse contexto de ruptura, surge o Consórcio Nordeste, fazendo jus à união identitária e cultural histórica do povo nordestino. É a única autarquia política formada apenas por governos estaduais dentro da mesma região, e que o perfil político e ideológico de todos os governadores é essencialmente contrário ao do Líder do Poder Executivo. Consequentemente, a diplomacia paralela executada pelo Consórcio também é conflitante e discordante em relação às ações do Governo Bolsonaro.

Como aponta Cairo Junqueira et al (2022), as questões ambientais e climáticas foram pontos essenciais, principalmente nos primórdios do Consórcio em 2019, de incompatibilidade com o Governo Nacional. Enquanto discursos negacionista sobre as queimadas na Amazônia estavam sendo expostos no mundo inteiro – a exemplo de quando o então presidente chamou

as ONG's ambientalistas de câncer, chamando a atenção do Greenpeace³ – o Consórcio Nordeste, na presidência de Rui Costa, então governador da Bahia, procurou efetivar medidas para contornar a crise ambiental. Internacionalmente, houve um encontro em Paris dos governadores do Nordeste com a Agência Francesa de Desenvolvimento e com o ministro das relações exteriores da França, Jean-Yves Le Drian. A intenção do encontro foi promover políticas cooperativas em prol do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável (CONSÓRCIO NORDESTE, 2019).

Nessa ida à Europa, os governadores do nordeste buscaram atrair investimentos de caráter público-privado em áreas como saúde, educação, segurança pública, e na melhoria das rodovias regionais, além de fomentar o expansivo potencial turístico da região. O encontro aconteceu entre 18 e 22 de novembro de 2019 com autoridades da França, Itália e Alemanha (CONSÓRCIO NORDESTE, 2019).

Nesse contexto, é importante citar a singularidade estadual de uma autarquia que representa, institucionalmente, a união de um povo que, por muitos séculos, enfrentou secas sem fim e sem planejamento eficaz, e enfrentou estar na posição de periferia⁴, tendo sua industrialização e sua estabilidade política adiada. O Consórcio Nordeste surge em um contexto não apenas cooperativo e, como dito anteriormente, personalizado às urgências da região, surge, também, como uma crítica do Nordeste frente ao contexto nacional (CLEMENTINO, 2019). Ou seja, enquanto Araújo e o Governo Central estavam rompendo com as práticas históricas do Barão do Rio Branco, como universalismo e pacifismo e atacando países como França e a própria ONU⁵; o Consórcio Nordeste estava estreitando laços ligados ao meio ambiente, desenvolvimento e política sanitárias para enfrentamento da Covid-19.

O momento de maior conflito entre o Governo Central e o Consórcio seguramente foi o período pandêmico causado pela Covid-19. Como mencionado nesse capítulo, a diplomacia paralela do Consórcio não estava sendo abundantemente praticada apenas para fins cooperativos, mas também compensatórios. Procurou-se compensar a falta de um Poder Executivo eficiente no combate a tal crise sanitária. Logo, antes mesmo de revelar-se o negacionismo por parte do Presidente da República e do Ministério da Saúde, foi criado o Comitê Científico do Consórcio Nordeste (C4NE), em março de 2020, que cumpriu a função de assessorar os estados nordestinos no cumprimento das medidas de proteção da covid e procurou estruturar o sistema público de saúde para o atendimento das pessoas infectadas com

³ (SCHMITT, 2019)

⁴ (COUTO, 2007)

⁵ (RITTNER, SOARES, 2019)

o SARS-CoV-2. O Projeto Mandacaru foi uma plataforma de colaboração científica dentro do Comitê que foi utilizada no combate à desinformação e na projeção do comportamento da pandemia, com o fim de apoiar a decisão dos governadores estaduais (Consórcio Nordeste, 2021a).

Na contramão, o presidente diz que “pequena crise” do novo coronavírus é mais “fantasia” e exagero da mídia (G1, 2020), negando o então cenário de emergência sanitária mundial.

Em maio de 2020, após a criação do C4NE, o Consórcio Nordeste criou o aplicativo “Monitora Covid”, que tinha como objetivo agilizar, quantificar e monitorar os casos confirmados de Covid-19. Ele foi capaz de prover informações aos usuários de saúde, criar um canal de atendimento ágil entre o serviço de saúde e o usuário e capacitar os recursos humanos. Tal ação foi importante para que os dados trazidos pudessem qualificar a tomada de decisão dos governadores estaduais (CONSÓRCIO NORDESTE, 2021b). O C4NE e o Monitora Covid, juntamente com vários pronunciamentos de Governadores do Nordeste, foram importantes na tentativa de deslegitimação do imaginário subjetivo ideológico criado e incentivado pela postura e pelas falas do então Presidente da República.

O Governo Federal executou ações importantes e essenciais no combate à tragédia financeira causada pela pandemia, cabe citar a MP 936/2020, que visou evitar demissões em massa trazendo novas regras que tratam da redução de jornadas de trabalho e dos salários. Essa Medida Provisória permitiu que empresas fizessem acordo direto com o empregado para em até 70% a jornada e salários de funcionários, sem intervenção de sindicatos, por até três meses (GURGEL e VARELA, 2020). A lei 13.982/2020, ou o “coronavoucher” previu uma renda básica emergencial no valor R\$600 a trabalhadores informais, autônomos e sem renda fixa, durante a crise. O valor poderia chegar a R\$1.200 em famílias chefiadas por mulheres. Além do auxílio emergencial, também foi paga uma antecipação de R\$600 a pessoas com deficiência que ainda aguardam na fila de espera do INSS até a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Porém, por mais que essas medidas em prol da estabilidade econômica fossem importantes, a questão subjetiva e informacional estava sendo notada mundialmente. Bolsonaro virou notícia mundial ao cumprimentar um aglomerado de apoiadores na porta do Palácio do Planalto em plena epidemia no dia 15 (EL PAÍS, 2020). Como afirmou Carla Jiménez (2020) na página El País, ficou demonstrado, então, que a postura equivocada do Presidente é um fator desestimulante no combate à Covid-19, um fator extra diante da crise sanitária. De acordo com o então ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, haverá um aumento expressivo da doença

e, se não forem tomadas medidas proativas para impedir o trânsito de pessoas, a rede de saúde pública e privada entrará em colapso ainda em abril.

Mandetta, mostrou-se, desde o início da pandemia, convergente com a adoção de medidas sanitárias discutidas mundialmente, como o distanciamento e o uso de máscaras. Contudo, exatamente por ser a favor do distanciamento social, foi demitido no dia 16 de abril. Bolsonaro afirmou que o então ministro foi afastado por defender apenas o interesse médico e não a questão do emprego (GIMENES, 2020). Nelson Teich, o mais novo ministro, afirmou trabalhar para pôr um fim ao isolamento social.

Como discutido anteriormente, o viés do relacionamento entre o Brasil e o Sistema Internacional mudou radicalmente de rumo a partir de janeiro de 2019. A política externa gradualmente abandonou sua natureza universalista e pacifista, adquirindo, em seu lugar, uma orientação mais ideológica, caracterizada por uma considerável ênfase no relacionamento com o governo liderado pelo presidente Trump. O Governo priorizou seguir uma PE (política externa) com mais relações bilaterais, em face ao multilateralismo (SOARES, 2022).

Em relação à China, como afirma Saraiva e Silva (2019), o Governo Bolsonaro agiu de duas maneiras principais, uma pragmática e uma ideológica. A pragmática se referiria a questão econômica. Nesse sentido, uma desavença com o Grande Asiático poderia trazer inúmeras consequências comerciais e financeiras para o Brasil. Agentes internos do governo, como Mourão e Tereza Cristina – Ministra da Agricultura – defenderam as relações estratégicas com a China com o fito de atender as demandas de grupos pragmáticos dentro do governo (MOREIRA, 2020). No âmbito ideológico do Presidente e do Ministro das Relações Exteriores, o relacionamento com a China mostrou-se conturbado.

Sousa et al (2020), no trabalho de Soares (2022) aponta que o alinhamento da política brasileira com Washington também foi evidenciado pelo posicionamento negacionista adotado em relação à pandemia. Bolsonaro, em consonância com a retórica anti-China de Donald Trump, atribuiu à China a culpa pela disseminação da pandemia. Durante o ano de 2020, a visita do Conselheiro de Segurança Nacional dos Estados Unidos ao Brasil antecedeu declarações feitas por Eduardo Bolsonaro, deputado federal e filho do presidente, em suas redes sociais, alertando sobre potenciais riscos de segurança cibernética e espionagem advindos da implementação da tecnologia 5G pela Huawei, uma empresa chinesa, no Brasil.

A Embaixada da China no Brasil se pronunciou sobre o ocorrido, alegando que o posicionamento de Eduardo Bolsonaro poderia gerar “consequências negativas e carregar a responsabilidade histórica de perturbar a normalidade da parceria China-Brasil” (Embaixada da China, 2020 apud, SOARES, 2022).

Além disso, Eduardo Bolsonaro compartilhou postagens acusando o governo chinês pela crise da Covid-19, dizendo: “Quem assistiu Chernobyl vai entender o que ocorreu. Substitua a usina nuclear pela Covid-19 e a ditadura soviética pela chinesa”. A reação chinesa foi rápida e realizada por meio de uma plataforma de mídia social. Yang Wanming, embaixador da China no Brasil, expressou veementemente a rejeição às declarações do deputado, exigindo que este as retire imediatamente e apresente um pedido de desculpas ao povo chinês. Ademais, o embaixador anunciou sua intenção de protestar e expressar indignação tanto ao Itamaraty quanto à Câmara dos Deputados. Ele mencionou os perfis do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e do ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, para que tomassem conhecimento da mensagem (G1, 2020).

Para Silva (2022), como citado por Soares (2022), o distanciamento político do multilateralismo representou mais uma evidência do isolamento do Brasil no cenário internacional. Enquanto Índia e China lideravam as pesquisas para o desenvolvimento de uma vacina contra o Covid-19, o Brasil, em razão da postura negacionista do governo em relação à pandemia, ficou excluído das principais negociações diplomáticas sobre vacinas. Somente por meio de uma iniciativa subnacional, o país formalizou uma parceria entre o laboratório chinês Sinovac e o Instituto Butantan para a produção de uma vacina no Brasil.

O Instituto Butantan, juntamente com a Sinovac, vinham oferecendo a possibilidade de vacinação ao Governo Brasileiro desde julho de 2020. Três ofícios assinados pelo então diretor do Instituto, Dimas Covas, foram enviados ao governo. Dois não obtiveram resposta e o último foi entregue pessoalmente ao então Ministro da Saúde, o general Pazuello (GUEDES, 2021). Dado que não houve resposta aos documentos, o Instituto Butantan promoveu três videoconferências com membros do Ministério da Saúde para apresentar a proposta, e mesmo assim, não houve réplica.

Além disso, o Governo Central optou por não participar do consórcio da Covax Facility. Conforme declarado pelo diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom, o Brasil só aderiu após o terceiro convite para aquisição de 212 milhões de doses. O Ministério das Relações Exteriores considerou o acordo como uma medida globalista, considerada prejudicial ao país. O governo brasileiro solicitou a redução do número de doses (GUEDES, 2021).

Diante de tal contexto, em contraposição, o Consórcio Nordeste manteve relações com a Rússia com o fito de negociar a compra de 37 milhões de doses do imunizante Sputnik V, desenvolvido pelo Centro Nacional de Investigação de Epidemiologia e Microbiologia

Gamaleya em Moscou. As vacinas eram compostas por duas doses, ao custo de US\$9,95 cada e estavam previstas para chegar em abril de 2021 (ICTIM,2021). Por mais que dentro do território russo as vacinas tivessem sido administradas de maneira precoce – dois meses após os primeiros testes – no começo de 2021, a vacina tinha sido aprovada pelos reguladores governamentais de 26 países.

No Brasil, a compra da vacina foi indeferida pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). Após extensivas disputas judiciais e evidências científicas apresentadas, a Agência concedeu uma porção limitada para os seis estados, porém recusou o direito dos municípios de realizarem importações. Contudo, a autorização concedida aos estados estava sujeita ao cumprimento de uma extensa lista de requisitos, o que resultaria na extensão do processo até julho (ICTIM,2021). De acordo com o então presidente do Consórcio Nordeste, Wellington Dias, a Anvisa teria concedido uma autorização excepcional para a importação do imunizante, e em contraste com outras vacinas, teria estabelecido critérios extremamente rigorosos para sua utilização no Brasil. Em réplica, o gerente-geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, Gustavo Mendes, alega que o principal motivo da Anvisa em não aprovar a vacina foi a falta de documentação consistente e confiável sobre o medicamento (CURY, 2021).

Por fim, observa-se que a paradiplomacia empreendida pelo Consórcio Nordeste demonstrou um caráter substancialmente divergente e oposto ao do governo central, especialmente, como debatido no capítulo, no contexto das questões climáticas e da pandemia de Covid-19. O Consórcio buscou, notavelmente, compensar a inatividade e as falhas graves do governo nessas áreas mencionadas. Contudo, ao longo dos anos de 2022 e 2023, surge questionamento acerca da natureza da paradiplomacia do Consórcio Nordeste. O próximo capítulo abordará essa temática sob a gestão do Governo Lula.

5. GOVERNO LULA

No atual capítulo, será realizada uma análise pontual da relação entre o Consórcio Nordeste e o governo liderado pelo presidente Lula durante o período que compreende de 2022 até o final de 2023. O objetivo é compreender o caráter da paradiplomacia empregada pelo Consórcio nesse contexto específico. Serão examinados os pontos de convergência e divergência entre as agendas e estratégias adotadas pelo Consórcio Nordeste e pelo governo federal, destacando os desafios enfrentados e os resultados alcançados no âmbito da cooperação intergovernamental e das políticas públicas regionais. O intuito, mais uma vez, é compreender o emprego do referencial de paradiplomacia de resistência ao contrapor dois governos com perspectivas ideológicas e posições internacionais distintas.

5.1 Primeiros meses de governo e a Política Externa

O terceiro Governo Lula é bastante recente. Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a presidência da república em 1º de janeiro de 2023 e tornou-se o 39º líder do Executivo do Brasil. Tal acontecimento foi responsável por impedir a continuação do bolsonarismo institucionalizado na máquina pública. Como aponta Rennó (2022), o bolsonarismo é um alinhamento político ideológico de direita no Brasil, pautado nos posicionamentos políticos do seu líder, Jair Bolsonaro, e altamente consistente com sua base central.

Por meio de sua retórica crítica à esquerda e embasado em um projeto conservador, voltado para a defesa de princípios tradicionais, como família, pátria e propriedade, Bolsonaro atraiu o apoio de um conjunto de eleitores que compartilham seus ideais e que estavam profundamente insatisfeitos com os partidos que governaram o país nas últimas décadas, especialmente o Partido dos Trabalhadores (RENNÓ, 2022, p. 147).

Em relação à vitória de Lula, como afirmam Junior et al (2023), derrotou-se um movimento neofascista e suas milícias físicas e digitais, os algoritmos das *big techs* e grande parte das igrejas cristãs conservadoras, juntamente com parte da bolha do capital financeiro e o agronegócio. Também, logo após a eleição de Lula, antes mesmo de assumir o cargo, as forças democráticas derrotaram as sucessivas ações violentas e a tentativa de golpe de Estado de forças bolsonaristas. Isso inclui acampamentos em frente a quartel em várias partes do Brasil pregando a intervenção militar, bloqueios de estradas, danos à cidade de Brasília em 12 de dezembro,

durante a diplomação de Lula, a colocação de uma bomba perto do aeroporto em 24 de dezembro e, finalmente, em 8 de janeiro, com a invasão e o vandalismo das sedes dos três poderes da República em uma tentativa de iniciar um golpe de Estado.

Como agrega Delgado (2023), a conjuntura política continua estagnada desde os episódios lamentáveis do 8 de janeiro e da inércia do Congresso, que decidiu se isolar e ficar de costas para a Esplanada dos Ministérios. Um dos fatores contribuintes é a incapacidade de Lula em trazer para o governo os recursos de poder que conquistou no segundo turno das eleições. Partidos internamente divididos não se contentam apenas com a distribuição de cargos para aliados e frequentemente demonstram insatisfação com a abordagem amigável em relação aos adversários. Isso tem dificultado a tarefa de reunir os setores liberais que apoiaram o governo, pois não há propostas econômicas compatíveis que justifiquem a fidelidade aos seus princípios.

Por mais que o cenário em que Lula inicia seu terceiro mandato seja consideravelmente mais desafiador do que há 20 anos – em meio a contas públicas em ordem e um clima político favorável à construção de consensos – nos primeiros três meses de governo, o presidente demonstrou uma presença internacional mais ampla e respeitosa; interveio no genocídio Yanomami e começou a regular a interferência indevida das Forças Armadas nos assuntos governamentais. Além disso, indicou sinais de recuperação de políticas públicas desmontadas, como o Programa Nacional de Imunização e as redes de proteção social para os mais pobres. Também, estabeleceu bases para um diálogo mais efetivo entre os diferentes níveis de governo, visando uma coordenação mais eficiente das políticas públicas (COSTA, 2023).

O programa de governo do presidente defendeu o retorno do país como protagonista global e a volta de políticas pautadas no multilateralismo, ou seja, defendeu a continuação histórica da herança de Rio Branco. Segundo Maria Lima (2023), também foi reforçada a ênfase à política regional e ao fortalecimento das instâncias de cooperação regional, abandonadas pelo Governo Bolsonaro.

No plano regional, Lula anunciou em seus primeiros discursos o retorno do Brasil à União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e à Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), e a reativação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). A normalização do relacionamento com a Venezuela também foi considerada prioritária, corrigindo o erro estratégico de Bolsonaro de isolar a Venezuela na região e torná-la objeto da disputa estratégica entre EUA, Rússia e China (LIMA, 2023).

Além disso, logo após a proclamação da vitória, Lula reforçou o compromisso com

as políticas ambientais e climáticas. A presença de Lula na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 27), realizada em novembro, antes mesmo de assumir a presidência, simbolizou o retorno do Brasil ao cenário global. Seu pronunciamento durante o evento foi um dos momentos mais aguardados da conferência. Durante sua participação, o presidente eleito realizou reuniões bilaterais com importantes líderes internacionais, especialmente dos Estados Unidos e China, além de interagir com representantes da sociedade civil, movimentos sociais e líderes indígenas (LIMA, 2023). Assim, desde o resultado das urnas, Luiz Inácio Lula da Silva buscou reconstruir a imagem do Brasil internacionalmente e resgatar o protagonismo do país na região e nos diversos foros multilaterais (MENDES, 2023).

Em maio de 2023, o presidente Lula organizou uma reunião de cúpula com dez dos líderes sul-americanos, além de um representante peruano, devido à ausência da presidente Dina Boluarte. O propósito do encontro foi restabelecer o diálogo e a colaboração entre os países da América do Sul, visando ampliar a integração regional por meio da criação ou reestruturação de mecanismos que abrangessem todos os países da região. Isso ocorreu em um contexto de enfraquecimento progressivo da UNASUL e do surgimento do Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul (PROSUL), que se apresentava como uma iniciativa sem conotações ideológicas (MENDES, 2023).

Em julho do mesmo ano, o presidente Lula participou da 62ª Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL, onde recebeu da Argentina a presidência temporária do bloco. Este evento foi de extrema importância para restaurar as relações diplomáticas com os países vizinhos. Uma das principais prioridades estabelecidas por Lula foi avançar com o acordo com a União Europeia, desde que este fosse baseado em princípios de equilíbrio e criasse um ambiente propício para a implementação de políticas públicas voltadas para a integração produtiva e a reindustrialização. Além disso, o presidente defendeu a implementação de uma moeda comum para as transações comerciais dentro do bloco, visando reduzir custos e facilitar ainda mais a integração, e ressaltou a importância de aprimorar a tarifa externa comum para evitar obstáculos não tarifários que pudessem afetar o comércio fluido entre os países (MENDES, 2023).

Em agosto, como parte de um novo esforço para fortalecer o diálogo regional, o presidente Lula convidou os representantes dos Estados-partes na Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) para a Cúpula Amazônica realizada em Belém do Pará. Fundada em 1978, a OTCA é o único bloco socioambiental da América Latina, porém os países membros, como Brasil, Bolívia, Colômbia, Guiana, Equador, Peru, Suriname e Venezuela, não se reuniam nesse fórum desde 2009. Dessa forma, além de fortalecer a OTCA, a Cúpula teve

como objetivo criar condições para promover o desenvolvimento sustentável na região amazônica, estabelecer um espaço para coordenar posições em fóruns multilaterais sobre meio ambiente e consolidar compromissos por meio da assinatura da Declaração de Belém (BRASIL, 2023).

Tais iniciativas assemelham-se às ações de política externa desempenhadas durante os dois primeiros mandatos de Lula (2003-2010), mas encontram três importantes desafios a superar.

Em primeiro lugar, o mundo não é mais o mesmo, e permanece a polarização nos âmbitos domésticos da região, estando longe do contexto de maré rosa, o que dificulta a concertação entre seus líderes, como ficou evidente na cúpula de chefes de Estado ocorrida em maio. [...] Em segundo, intensificaram-se as tensões geopolíticas entre Estados Unidos e China, cujo resultado mais perceptível foi a presença chinesa na América do Sul em detrimento da liderança brasileira. [...] Em terceiro lugar, no panorama da economia e do comércio internacionais, a situação também é muito diferente, não somente pelo fim do boom das commodities, mas pelo fato da guerra na Ucrânia ter impactado negativamente a economia global. (MENDES, 2023, p. 37).

Em relação à agenda ambiental, no primeiro dia de mandato, o presidente assinou um decreto para reativar o Fundo Amazônia e conseguiu desbloquear R\$ 3.3 bilhões em doações internacionais no mês seguinte, com novos doadores, como França e Espanha, já mostrando interesse em contribuir. Além disso, em seu primeiro mês de governo, enviou a ministra Marina Silva para dialogar com líderes econômicos internacionais no Fórum Econômico Mundial em Davos, onde ela destacou a importância do meio ambiente na busca pelo desenvolvimento do país (CARVALHO, 2023).

Contudo, o papel do legislativo no atual contexto também deve ser mencionado. O governo atual tem feito avanços na formação de uma base de apoio sólida, especialmente na Câmara dos Deputados. No entanto, a maioria dos parlamentares desta legislatura apoia políticas conservadoras nos costumes e liberais na economia, em oposição ao que é defendido por Lula. As relações estabelecidas por Jair Bolsonaro com o parlamento, através das emendas de relator – conhecidas como orçamento secreto –, também têm complicado as negociações, devido às crescentes demandas dos parlamentares por verbas provenientes dessas emendas (CARVALHO, 2023).

É improvável que Lula consiga obter o mesmo volume de recursos para a política externa, considerando a situação atual. Isso se deve também à necessidade de enfrentar outras questões importantes, como as reformas econômicas e os projetos sociais, como "Minha Casa, Minha Vida" e "Farmácia Popular". O orçamento do Ministério das Relações Exteriores (MRE)

para 2023, corrigido pela inflação, é semelhante aos valores de 2006, refletindo uma capacidade reduzida de ampliar relações internacionais (CARVALHO, 2023).

Lula, desde o começo do seu mandato, parece ir de acordo com a continuação do movimento de *catch up* das relações internacionais brasileiras, que foi rompido com o governo Bolsonaro (LIMA, 2023). Ou seja, dar retorno a uma política externa pacifista, com foco em áreas regionais – a exemplo da América Latina e do Cone Sul – e pautada no multilateralismo.

5.2 Lula e o Consórcio Nordeste

O Consórcio Nordeste, criado em 2019, representa uma aliança estratégica entre os nove estados da região com o propósito de fortalecer a cooperação e a articulação conjunta em diversas áreas de interesse regional. Desde sua fundação, o Consórcio Nordeste se destacou por princípios como a defesa dos interesses da região, a promoção da integração e o fortalecimento da paradiplomacia. Durante a pandemia da Covid-19, o Consórcio desempenhou um papel crucial ao informar sobre as medidas preventivas e coordenar ações para enfrentar a crise sanitária, demonstrando sua capacidade de atuação em situações emergenciais.

Além disso, o Consórcio Nordeste também se posicionou de forma ativa contra as ações relacionadas à política climática do governo Bolsonaro, especialmente em relação às queimadas na Amazônia, evidenciando seu compromisso com questões ambientais e sua postura de resistência diante de medidas que considera prejudiciais à região. Com a mudança de governo e a chegada de Lula à presidência, espera-se que o Consórcio Nordeste adote uma abordagem mais conciliatória e cooperativa, buscando fortalecer o diálogo e a parceria com o governo central para promover o desenvolvimento sustentável e a prosperidade na região nordestina.

De acordo com Carlos Madeiro (2022), o Consórcio Nordeste resiste à oposição do governo Bolsonaro e aposta na era Lula. Os cinco novos governadores eleitos no Nordeste afirmaram que vão continuar como integrantes do Consórcio Nordeste e somam expectativas no fortalecimento da autarquia durante o terceiro governo Lula, a partir de 2023. Nesse sentido, Carlos Gabas, o secretário executivo do Consórcio Nordeste, destaca que o Consórcio Nordeste como uma ferramenta de gestão capaz de atuar de forma complementar e integrada com outras instituições regionais de grande importância para o desenvolvimento da região, como a SUDENE, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) e o Banco do Nordeste. No entanto, como aponta o secretário, durante o governo

Bolsonaro, observou-se uma ausência de cooperação e integração efetiva entre essas entidades, resultando em uma atuação marcada por obstáculos e boicotes em diversas áreas, que vão desde projetos de infraestrutura até questões econômicas (MADEIRO, 2022). Gabas enfatiza que os consórcios representam uma mudança na abordagem de gestão ao reverterem a lógica de competição entre as entidades envolvidas. Ele destaca a importância da cooperação e do trabalho conjunto, pois isso permite a realização de diversas ações e potencializa os resultados não apenas para um ou dois estados, mas para todos os participantes. Ele destaca que a missão realizada na Europa foi extremamente positiva, trazendo benefícios significativos para todos os estados envolvidos (MADEIRO, 2022).

Ainda em 2022, o governador eleito Jerônimo Rodrigues (PT), da Bahia, esclarece que a criação do consórcio não teve como intuito inicial ser uma resposta ao governo Bolsonaro, mas sim estabelecer uma agenda de cooperação e intercâmbio entre os estados participantes. Ele ressalta que, na época da criação do consórcio, não se cogitou a formação de um governo paralelo, mas sim a troca de experiências e boas práticas entre os estados, como ocorreu com o Ceará e Pernambuco no setor da educação. Além disso, Rodrigues destaca que a Bahia também contribuiu compartilhando suas próprias experiências positivas. Como governador, ele afirma seu compromisso em continuar participando e fortalecendo ao máximo o papel do consórcio na promoção do desenvolvimento regional e na troca de conhecimentos entre os estados membros. Essas declarações foram feitas durante uma sabatina realizada pelo UOL/Folha (MADEIRO, 2022).

Em 2023, o presidente recém-eleito do Consórcio Nordeste, o governador da Paraíba João Azevêdo (PSB), foi convidado para uma reunião com o Presidente Lula no objetivo de apresentar as demandas e questões prioritárias da região, como energias renováveis – inclui-se o hidrogênio verde que é o maior potencial energético da região – e turismo (MELO, 2023). Também, ao longo do ano de 2023, o Consórcio Nordeste foi tendo a oportunidade de ter encontros com alguns dos ministros do governo Lula.

João Azevêdo, junto aos outros governadores do Nordeste, reuniu-se com o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad para tratar sobre questões econômicas da região, como o Fundo de Participação dos Estados (FPE), o Fundo de Desenvolvimento Regional e a reforma tributária. Também, os governadores se reuniram com o Ministro da Educação, Camilo Santana, e com a Ministra de Gestão e Inovação, Esther Dweck, em Brasília, com o objetivo de alinhar estratégias e estabelecer parcerias entre os governos estaduais e o governo federal no campo educacional (REVISTA CONSÓRCIO NORDESTE, 2023).

Também vale destacar que o Ministério da Saúde prestou uma homenagem ao Consórcio Nordeste pela atuação eficaz no combate à pandemia de Covid-19 nos nove estados da região. A entrega da homenagem ocorreu durante a abertura da 17ª edição da Mostra Nacional de Experiências Bem-Sucedidas em Epidemiologia, Prevenção e Controle de Doenças, um evento promovido pela Secretaria de Vigilância em Saúde, ligada ao Ministério da Saúde, em Brasília. Durante o secretário executivo do Ministério da Saúde, Swedenberger Barbosa, parabenizou o Consórcio Nordeste pela sua atuação destacada no enfrentamento da pandemia, ressaltando que a região obteve os resultados mais bem-sucedidos devido à organização dos governadores para proteger a vida, agindo com base na ciência, democracia e cidadania (REVISTA CONSÓRCIO NORDESTE, 2023).

Além disso, após um intervalo de quatro anos, a SUDENE iniciou um diálogo com o Consórcio Nordeste durante a participação no evento Desenvolvimento Econômico: perspectivas e desafios da Região Nordeste, em Brasília. O superintendente Danilo Cabral apresentou o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE), enfatizando o novo momento da Sudene, buscando restabelecer o diálogo com os governos estaduais e os setores produtivos, visando recuperar o papel de liderança do Nordeste no contexto nacional, alinhado à nova agenda de sustentabilidade emergente na economia global (CÂMARA, 2023).

Em relação à paradiplomacia, o Banco Mundial e o Consórcio Nordeste anunciaram uma colaboração com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento da região através da criação de mecanismos financeiros destinados a futuros projetos relacionados ao hidrogênio de baixo teor de carbono, à preservação do bioma Caatinga, à exploração de possíveis oportunidades em projetos de energia solar, água e saneamento, além da promoção da troca de experiências, conhecimentos e financiamento de infraestrutura pública digital para expandir a conectividade, desenvolver plataformas digitais, aprimorar práticas em segurança cibernética e fortalecer habilidades digitais (REVISTA CONSÓRCIO NORDESTE, 2023).

Ainda em 2023 foi estabelecida uma parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) com o objetivo principal fortalecer o Consórcio do Nordeste, fornecendo suporte estratégico e técnico para promover iniciativas que contribuam para o desenvolvimento dos nove estados da região. Essa colaboração está alinhada com a Agenda 2030 e visa contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, além de avaliar o impacto da pandemia global da Covid-19 e seus efeitos de longo prazo na região (REVISTA CONSÓRCIO NORDESTE, 2023).

Também, o Consórcio Nordeste estabeleceu acordos internacionais visando a modernização da agricultura familiar na região. Em colaboração com a Universidade Agrícola

da China (CAU) e a Associação Internacional para Cooperação Popular (IAPC), foram realizadas ações para desenvolver máquinas agrícolas adaptadas à realidade dos agricultores familiares. Um grupo de especialistas chineses, liderados pela professora Yang Minli, visitou o Rio Grande do Norte para discutir a implementação da mecanização na agricultura familiar, visando o aumento da produção de alimentos saudáveis para a população brasileira (REVISTA CONSÓRCIO NORDESTE, 2023).

No segundo semestre de 2023, o Consórcio Nordeste participou da Exposição Internacional de Máquinas Agrícolas da China em Wuhan, por convite da Universidade de Agricultura da China, onde foi definida a data para testes do maquinário na região Nordeste. Além disso, o Consórcio Nordeste promoveu encontros com Cuba, França, Estados Unidos e Itália, resultando em fortalecimento das relações, troca de conhecimentos e oportunidades de colaboração mútua em diversas áreas, como turismo sustentável, redução de emissões de CO₂, plantio de árvores nativas, e investimentos em sustentabilidade, infraestrutura e energias limpas (REVISTA CONSÓRCIO NORDESTE, 2023).

Por fim, durante o período sob o governo Lula, o Consórcio Nordeste não sentiu a necessidade de adotar uma postura de resistência frente ao Governo Federal. Isso se justifica pela congruência ideológica existente, principalmente em relação a valores, espectro político e afiliação partidária. No entanto, ao longo do ano de 2023, certos estados brasileiros, majoritariamente das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, liderados por governadores associados a partidos de orientação política de direita, começaram a adotar uma postura de resistência em âmbito internacional. Esse cenário pode ser explicado pela persistência do bolsonarismo no imaginário de muitos brasileiros, mesmo após a saída de Jair Bolsonaro do governo em 2022 (MONTANINI, 2024).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a paradiplomacia do Consórcio Nordeste nos governos de Bolsonaro e Lula, fica evidente a importância de compreender as dinâmicas entre entes subnacionais e o governo federal em contextos políticos diversos. Este estudo destacou a relevância da paradiplomacia como ferramenta de atuação regional e global, evidenciando a busca por uma agenda diplomática própria que visa atender aos interesses e necessidades específicas da região Nordeste. A base cultural e identitária compartilhada pelos estados nordestinos, explorada no primeiro capítulo, desempenha um papel fundamental na criação e atuação do Consórcio Nordeste. Essa identidade compartilhada não apenas fortalece os laços entre os estados, mas também serve como fundamento para a articulação de estratégias paradiplomáticas que visam representar e defender os interesses da região em âmbito nacional e internacional.

Identificou-se que a identidade nordestina explica a paradiplomacia de resistência, de tal forma que se houver posições políticas diferentes no Nordeste, a paradiplomacia vai mudar. Isso foi testado por meio do Consórcio Nordeste, onde a união identitária nordestina se mostrou crucial para a abordagem adotada pela entidade, evidenciando a importância da coesão regional na definição das estratégias paradiplomáticas. Ao longo da pesquisa, foram cumpridos os objetivos propostos de analisar a atuação do Consórcio Nordeste em relação à paradiplomacia de resistência durante o governo Bolsonaro e verificar se essa postura de resistência se altera no governo Lula, confirmando o referencial teórico-conceitual de pensar a paradiplomacia em perspectivas de alinhamento ou contraposição política. Os resultados obtidos indicam que, até 2023, a paradiplomacia do Consórcio Nordeste não parece estar em contraposição direta com as ações do governo Lula, especialmente no que diz respeito às relações internacionais.

A hipótese inicial de que a paradiplomacia de resistência do Consórcio Nordeste não se manteria no governo Lula foi confirmada até o fim do ano de 2023. A análise dos dados coletados, principalmente por meio de notícias recentes e referências em livros especializados, revelou que as ações paradiplomáticas do Consórcio Nordeste não demonstraram diretamente contraposição à diplomacia conduzida pelo governo federal durante esse período. Esses resultados apontam para a necessidade de considerar que a paradiplomacia do Consórcio Nordeste pode ter se adaptado às novas condições políticas e estratégicas do governo Lula. Nesse sentido, as futuras pesquisas podem se aprofundar na análise completa do terceiro governo Lula e entender se essa postura não resistente do Consórcio no governo Lula está fortemente relacionada com o viés político-ideológico.

Por fim, surge a questão crucial de entender se essa paradiplomacia é apenas um ato político ou se representa um verdadeiro choque de agendas entre as esferas estaduais e o Governo Federal, evidenciando a complexidade das relações político-diplomáticas no Brasil contemporâneo.

REFERÊNCIAS

Artigos

AMADO, Guilherme. (2021). Ernesto Araújo não queria que o Brasil assinasse o Covax Facility; Embaixadora interveio. **Revista Época**, 25 mar. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/epoca/guilherme-amado/ernesto-araujo-nao-queria-que-brasil-assinasse-covax-facility-embaixadora-interveio-24941382>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

AZEVEDO, A. Araújo: foi do Ministério da Saúde opção por mínimo de doses no Covax. **Exame**. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/ministerio-da-saude-que-optou-por-minimo-de-doses-no-covax-diz-araujo/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

BARROS, M. A. e. Constâncias nos dissensos: o quadro normativo brasileiro e a emergência da “paradiplomacia de resistência”. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, [S. l.], v. 10, n. 19, p. 70–104, 2021. DOI: 10.30612/rmufgd.v10i19.13307. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/13307>. Acesso em: 6 maio. 2024.

BRANDÃO, Carlos; SIQUEIRA, Hipólita (orgs.). Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

BRASIL. **Constituição (1824) Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1891. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm. Acesso em 20 ago. 2020.

BRASIL. **Constituição (1937) Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm. Acesso em 20 ago. 2020.

BERNARDES, D. DE M. **NOTAS SOBRE A FORMAÇÃO SOCIAL DO NORDESTE *** Denis de Mendonça Bernardes. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ln/a/sqrVzP6vcvNqvzr4frCnKnC/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 10 mar. 2024.

CASTRO, I. **NATUREZA, IMAGINÁRIO E A REINVENÇÃO DO NORDESTE**. Profa.

CASTRO, Iná. INTRODUÇÃO. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografiasocioeconomica/Geografiadelapoblacion/08.pdf>>. Acesso em: 3 de fev. 2024.

CLEMENTINO, M. DO L. A ATUALIDADE E O INEDITISMO DO CONSÓRCIO

COUTO, J. M. O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch. **Economia e Sociedade**, v. 16, n. 1, p. 45–64, abr. 2007. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ecos/a/3zSJj3KjR5SXWhBdXVdcRKL/>. Acesso em: 6 de mar. 2024.

CURY, T. **Entenda por que importação da Sputnik V foi negada pela Anvisa**. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/entenda-por-que-a-importacao-da-sputnik-foi-negada-pela-anvisa/>>. Acesso em: 14 mar. 2024.

CAPONI, Sandra (2020). Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. *Estudos Avançados*, 34(99), 209-224. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.013>. Acesso em: 28 fev. 2024.

DELGADO, P. **Cem dias do terceiro governo Lula - RevistaPB**. Disponível em: <<https://revistapb.com.br/artigos/cem-dias-do-terceiro-governo-lula/>>. Acesso em: 27 mar. 2024.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. 1959.

FURTADO, Celso. **O Brasil Pós-”Milagre”**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1981.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 32° ed.; São Paulo: Companhia, 2003.

FURTADO, 1997. In: JÚNIOR, José Sydrião de Alencar *et al.* Celso Furtado e o desenvolvimento regional. Banco do Nordeste, 2005.

GOMES, Caio César Santos. Uma invenção chamada Nordeste. **Brasil Escola**, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/historia-do-brasil/uma-invencao-chamada-nordeste.htm>. Acesso em: 05 mai. 2021.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade Stuart Hall -11" edição**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://leiaarqueologia.files.wordpress.com/2018/02/kupdf-com_identidade-cultural-na-pos-modernidade-stuart-hallpdf.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2024.

JIMÉNEZ, C. **Na luta contra o coronavírus, Bolsonaro se perde em guerra política e resiste**
JUNIOR, M. DOS A. QUINZE NOTAS SOBRE IDENTIDADE CULTURAL NO NORDESTE DO BRASIL GLOBALIZADO*. **Caderno de Estudos Sociais**, 1998. Disponível em: <https://fundaj.emnuvens.com.br/CAD/article/view/1213/0>. Acesso em: 20 de fev. 2024.

JUNQUEIRA, Cairo Gabriel Borges; ARAÚJO, Ian Filipe; SILVA, Jaqueline Victória. **O Consórcio Nordeste e a internacionalização dos governos estaduais em meio à pandemia de COVID-19**. 2020. Disponível em: <https://www.ideal-ufpb.com/artigo-consorcio-nordeste->. Acesso em: 24 de fev. 2024.

LEITE, Héber Tiburtino. Contemporaneidade e federalismo de cooperação mediante a formalização de consórcios públicos: análise da atuação internacional do consórcio nordeste em busca do desenvolvimento regional. 2021. 141 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Católica de Santos, Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Direito, 2021

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional**. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/pndr>>.

MONTEIRO NETO, Aristides Monteiro. **Desigualdades regionais no Brasil: notas sobre o padrão de intervenção do Estado nos anos 2000-2010**. BNDES, 2013.

NORDESTE. IPEA. Disponível em: <https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_regional/191227_brua_21_opinio1.pdf>. Acesso em: 6 de mar. 2024.

RAFAELA, M. A internacionalização do Consórcio Nordeste como alternativa às assimetrias regionais brasileiras. **Ri.ufs.br**, 2022. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/17440>. Acesso em: 20 de fev. 2024

RENNÓ, L. Bolsonarismo e as eleições de 2022. **Estudos Avançados**, v. 36, n. 106, p. 147–163, dez. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2022.36106.009>. Acesso

em: 21 de mar. 2024.

RODRIGUES, G.; ROSS, J. Inicia-se o percurso da cana-de-açúcar no Brasil. **EDUFU**, p. 13–66, 2020. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/2hfcy/pdf/rodrigues-9786558240112-02.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2024.

ROSSI, Rinaldo de Castilho; SILVA, Simone Affonso da. O Consórcio do Nordeste e o federalismo brasileiro em tempos de COVID-19. *Espaço e Economia*, ano IX, n. 18, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/13776>. Acesso em 26 mar. 2024.

ROSENAU, J. N. **Linkage Politics: essays on the convergence of national and international systems**. New York; The Free Press, 1969. Disponível em: <https://archive.org/details/linkagepoliticse00rose/page/n5/mode/2up?view=theater>.

SANTANA SILVA, J. V. **A CISÃO DA CONJUNTURA PARADIPLOMÁTICA BRASILEIRA DURANTE O GOVERNO BOLSONARO O CASO DO CONSÓRCIO NORDESTE**. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE: [s.n.]. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/16130>. Acesso em: 01 de mar. 2024

SANTOS et al. A voz da comunidade no enfrentamento da Covid-19: proposições para redução das iniquidades em saúde. **Saúde em Debate**, v. 45, n. 130, p. 763–777, 1 set. 2021.

SARAIVA, Miriam; SILVA, Álvaro. Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro. **Revista Relações Internacionais**, p. 117-137, 2019. Disponível em: . Acesso em: 20 de outubro de 2022.

SARAIVA, Miriam; SILVA, Álvaro. Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro. **Revista Relações Internacionais**, p. 117-137, 2019. Disponível em: . Acesso em: 20 de outubro de 2022.

SIMAN, Tainá. **Consórcio nordeste: regionalismo subnacional e diplomacia científica**. Observatório de regionalismo, 2021. Disponível em: <http://observatorio.repri.org/2021/04/13/consorcio-nordeste-regionalismo-subnacional-e-diplomacia-cientifica/>. Acesso em: 03 mai. 2021.

VALIM, Patrícia *et al.* APRESENTAÇÃO - NEGACIONISMO:: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS DE PESQUISA. **Revista Brasileira de História**, [S. l.], p.1-12 jul.2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93472021v42n87-03>. Acesso em: 27 fev. 2024.

ZIMMERMANN, C. R.; ESPÍNOLA, G. M. Programas sociais no Brasil: um estudo sobre o programa bolsa família no interior do nordeste brasileiro. **Caderno CRH**, v. 28, n. 73, p. 147–164, abr. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/ptGTbWKfFgM6pGhJDCYgKSv/#> Acesso em: 24 de mar. 2024.

Notícias

BENITES, A. Esforço de Eduardo Bolsonaro para demonizar China copia Trump e ameaça elo estratégico do Brasil. **El país**, Brasília, 19 mar. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-03-19/esforco-de-eduardobolsonaro-para-demonizar-china-copia-trump-e-ameaca-elo-estrategico-dobrasil.html>. Acesso em: 7 abr. 2020.

Bolsonaro diz que “pequena crise” do coronavírus é “mais fantasia” e não “isso tudo” que a mídia propaga. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/10/bolsonaro-diz-que-questao-do-coronavirus-e-muito-mais-fantasia.ghml>>.

CHANCELER nega aquecimento global: “Fui a Roma em maio e havia frio”. **Correio Braziliense**, 03 ago. 2019. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/08/03/interna_politica,775332/chanceler-nega-aquecimento-global-fui-a-roma-em-maio-e-havia-frio.shtml>. Acesso em: 23 mar. 2024.

CNN, DA. **Bolsonaro pede ao TSE anulação de votos em parte das urnas nas eleições de 2022.** Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-pede-ao-tse>

anulacao-de-votos-em-parte-das-urnas-nas-eleicoes-de-2022/>. Acesso em: 21 mar. 2024.

CONSORCIO NORDESTE. **Governadores do Nordeste e França reforçam cooperação na área ambiental com carta de intenções.** Disponível em: <<https://consorcionordeste.gov.br/noticia/governadores-do-nordeste-e-franca-reforcam-cooperacao-na-area-ambiental-com-carta-de-intencoes>>.

CURY, T. **Entenda por que importação da Sputnik V foi negada pela Anvisa.** Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/entenda-por-que-a-importacao-da-sputnik-foi-negada-pela-anvisa/>>. Acesso em: 14 mar. 2024.

CAPONI, Sandra (2020). Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. *Estudos Avançados*, 34(99), 209-224. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.013>. Acesso em: 28 fev. 2024.

DELGADO, P. **Cem dias do terceiro governo Lula - RevistaPB.** Disponível em: <<https://revistapb.com.br/artigos/cem-dias-do-terceiro-governo-lula/>>. Acesso em: 27 mar. 2024.

DIAS, H. **“A gente tem um eleitorado com perfil de esquerda no Nordeste”, afirma cientista política.** Disponível em: <<https://www.brasildefatope.com.br/2022/08/01/a-gente-tem-um-eleitorado-com-perfil-de-esquerda-no-nordeste-afirma-cientista-politica>>. Acesso em: 26 mar. 2024.

Eduardo Bolsonaro culpa China por coronavírus e gera crise diplomática. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/03/19/eduardo-bolsonaro-culpa-china-por-coronavirus-e-gera-crise-diplomatica.ghtml>>.

FIGUEIREDO, J.; OLIVEIRA, E. Bolsonaro não participa de encontro virtual com presidentes de países do Prosul sobre coronavírus. O Globo, Brasília e Rio de Janeiro. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/bolsonaro-nao-participa-de-encontro-virtual-com-presidentes-de-paises-do-prosul-sobre-coronavirus-24308147> Acesso em: 28 fev. 2024.

FIRMO, É. **O Nordeste é de Esquerda? | Histórias do Poder | Jogo Político.** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=-qEAGFj34Z0>>. Acesso em: 27 mar.

2024.

FOGO NA AMAZÔNIA: MACRON DIZ QUE BOLSONARO MENTIU, E EUROPA AMEAÇA RETALIAR BRASIL. Paris: **O Globo e Agências internacionais**, 2019-2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/fogo-na-amazonia-macron-diz-que-bolsonaro-mentiu-europa-ameaca-retaliar-brasil-23897769>. Acesso em: 27 fev. 2024.

XII Fórum de Governadores do Nordeste – 21 de fevereiro de 2011 – Aracaju, Sergipe. Disponível em <<http://www.forumgovernadores.se.gov.br/>>. Acesso em 21 de Mar de 2024.

G1. Entrada do Brasil na OCDE foi supervalorizada pelo governo brasileiro, diz Ricupero. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/blog/matheus-leitao/post/2019/10/10/entrada-do-brasil-na-ocde-foi-supervalorizada-pelo-governo-brasileiro-diz-ricupero.ghtml>>. Acesso em: 26 mar. 2024.

GIMENES, E. **Bolsonaro diz que demitiu Mandetta porque ele não entendeu a “questão do emprego”.** Disponível em: <[https://www.brasildefato.com.br/2020/04/16/bolsonaro-diz-que-demitiu-mandetta-porque-ele-nao-entendeu-a-questao-do-emprego#:~:text=O%20presidente%20Jair%20Bolsonaro%20\(sem](https://www.brasildefato.com.br/2020/04/16/bolsonaro-diz-que-demitiu-mandetta-porque-ele-nao-entendeu-a-questao-do-emprego#:~:text=O%20presidente%20Jair%20Bolsonaro%20(sem)>. Acesso em: 12 mar. 2024.

Governadores do Nordeste se Reúnem na Próxima Segunda em Minas Gerais. **Wscrononline**, 2009. Disponível em <<http://www.guarabira.jex.com.br/politica/governadores+do+nordeste+se+reunem+na+proxima+segunda+em+minas+gerais>> Acesso em 25 de Mar de 2024.

GURGEL, B.; VARELA, G. **Entenda as principais medidas do governo diante da crise causada pela COVID-19.** Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/entenda-as-principais-medidas-do-governo-diante-da-crise-causada-pela-covid-19/>>. Acesso em: 12 mar. 2024.

GUEDES, O. **CPI da Covid: Governo Bolsonaro recusou 11 vezes ofertas para compras de vacina.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/blog/octavio-guedes/post/2021/04/27/cpi-da-covid-governo-bolsonaro-recusou-11-vezes-ofertas-para-compras-de-vacina.ghtml>>.

HERCULANO, D. **Governador reúne 170 prefeitos e pede união dos municípios para cumprir medidas de enfrentamento à Covid.** Disponível em: <<https://www.ceara.gov.br/2021/02/18/governador-reune-170-prefeitos-e-pede-uniao-dos-municipios-para-cumprir-medidas-de-enfrentamento-a-covid/>>. Acesso em: 7 mar. 2022

IPA; PNUD. **desenvolvimento humano nas macrorregiões brasileiras.** 2016.

MAZUI, Guilherme. Bolsonaro libera turistas de EUA, Austrália, Canadá e Japão a entrar no Brasil sem visto. **G1**, 18 mar. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/18/bolsonaro-libera-cidadaos-de-eua-australia-canada-e-japao-de-visto-de-visita-ao-brasil.ghtml>. Acesso em: 19 out. 2021.

MENEZES, B. Prefeita de Contagem solicita reunião com prefeitos da RMBH ao governo de Minas | **O TEMPO**. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/prefeita-de-contagem-solicita-reuniao-com-prefeitos-da-rmbh-ao-governo-de-minas-1.2455976>>. Acesso em: 6 mar. 2024.

MONTANINI, M. **Por que governadores bolsonaristas foram para Israel.** Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2024/03/18/por-que-governadores-bolsonaristas-foram-para-israel>>. Acesso em: 7 maio. 2024.

MOREIRA, Danilo. Continuidades e discontinuidades nos governos Temer e Bolsonaro na política externa brasileira (2016-2020). Mural Internacional, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: . Acesso em: 3 de outubro de 2022.

OMISSÃO, NEGACIONISMO E ENTREGUISMO SÃO AS MARCAS DE BOLSONARO. **Observatório da Democracia**. Disponível em: <<https://observatoriodademocracia.org.br/2021/04/09/omissao-negacionismo-e-entreguismo-sao-as-marcas-de-bolsonaro/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

RITTNER, D.; SOARES, J. Bolsonaro ataca França, mídia, ONGs e a própria ONU. **Valor Econômico**. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/09/25/bolsonaro-ataca-franca-midia-ongs-e-a-propria-onu.ghtml>>. Acesso em: 6 mar. 2024.

RESENDE, G. et al. BRASIL: DEZ ANOS DA POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PNDR). **boletim regional, urbano e ambiental**, 2015. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4866/1/BRU_n11_brasil.pdf. Acesso em: 23 de fev. 2024.

REZENDE, C.; LOPES, R. Documentos do Planalto entregues à CPI mostram 24 reuniões com atuação de “ministério paralelo” na gestão da pandemia. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/05/documentos-do-planalto-entregues-a-cpi-mostram-24-reunioes-com-atuacao-de-ministerio-paralelo-na-gestao-da-pandemia.shtml>>. Acesso em: 7 mar. 2024.

SCHMITT, G. Bolsonaro chama ONGs de “câncer”, e entidades contra-atacam. **O Globo**. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-chama-ongs-de-cancer-entidades-contra-atacam-24624003>>. Acesso em: 6 mar. 2024.

SOARES, T. M. A mudança de política externa do Brasil para a China nos governos Temer e Bolsonaro em relação ao governo Lula e seu impacto na diplomacia subnacional entre China, Rio de Janeiro e Pernambuco. **dspace.unipampa.edu.br**, 11 jan. 2023.

TENENTE, Luiza. Bolsonaro é definido como ‘um dos maiores negacionistas do coronavírus do mundo’ em livro didático de escolas na Noruega. **G1**, [S. l.], p. 1-1, 26ago.2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/08/26/bolsonaro-e-definido-como-um-dos-maiores-negacionistas-do-coronavirus-do-mundo-em-livro-didatico-de-escolas-na-noruega.ghtml>. Acesso em: 27 fev. 2024.

UOL. (2020, 24 de mar). ‘Gripezinha’: leia a íntegra do pronunciamento de Bolsonaro sobre covid-19. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/24/leia-o-pronunciamento-do-presidente-jair-bolsonaro-na-integra.htm>. Acesso em: 28 mar. 2024.

